

Fundação Casa de Rui Barbosa
Cadernos de Iniciação Científica
N. 1, Fevereiro de 2007

Trabalhos premiados na

1a. Jornada de Iniciação Científica da FCRB, 7 de agosto de 2006

Remessas como alavanca para o desenvolvimento no Brasil? Um estudo empírico

Carlos Eduardo de Lima Bacha 3

A retórica de Vasques

Débora Magalhães Cunha Rodrigues 27

“A língua é minha pátria”: representações da identidade nacional no Império do Brasil

Eduardo de Barros Roels..... 38

Rui Barbosa e o caso Abel Parente

Lucas Hippólito von der Weid.....51

Arquitetura de comprometimento e desadorno: a gênese de O cão sem plumas na correspondência pessoal de João Cabral de Melo Neto

Tiago Cavalcante/Eliane Vasconcellos.....71

Apresentação

No ano de 2006 realizamos a primeira jornada de iniciação científica da Casa de Rui Barbosa, que foi um momento bastante proveitoso para integrar os trabalhos aqui desenvolvidos e incrementar o diálogo com outras instituições de ensino e pesquisa. De um total de 21 apresentações, os membros do comitê institucional e do comitê externo selecionaram as cinco melhores para que fossem publicadas integralmente. Os trabalhos aqui reunidos, se por um lado expressam uma especial formulação dos resultados alcançados por cada um dos bolsistas, evidenciam de forma ainda mais profunda o conjunto do Programa de Iniciação Científica da FCRB, que tem propiciado há muitos anos, mesmo antes de ser consolidado como um Programa, este encontro bastante especial entre os orientadores, sua disposição para essa grata tarefa de iniciar na produção do conhecimento, e a criatividade, a autonomia intelectual e a disposição para o trabalho dos nossos bolsistas.

Ao lado dos anais em cd-rom contendo os resumos da I Jornada de Iniciação Científica 2005-2006, a série *Cadernos de Iniciação Científica* possibilita as primeiras publicações dos graduandos, e esperamos aqui apenas iniciar uma trajetória de produção intelectual destes jovens pesquisadores. A versão eletrônica possibilitará uma ampla divulgação dos trabalhos. Por tudo isso, damos os sinceros parabéns ao Carlos Eduardo, à Débora, ao Eduardo, ao Lucas e ao Tiago.

Ivana Stolze Lima
Coordenadora do Programa de Iniciação Científica da
Fundação Casa de Rui Barbosa

Remessas como alavanca para o desenvolvimento no Brasil? Um estudo empírico

Carlos Eduardo de Lima Bacha (PUC-Rio/FCRB/CNPq-PIBIC)

Orientador: Charles Gomes

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer o financiamento da CNPq, instituição exemplar que vem desenvolvendo um trabalho essencial para a pesquisa acadêmica no Brasil, estimulando jovens nas faculdades, como eu, a ingressar nessa carreira.

Queria agradecer, também, à Fundação Casa de Rui Barbosa por me acolher e prover a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de minhas atividades durante o ano em que a pesquisa foi desenvolvida.

Por fim, agradeço ao professor Charles Gomes por, mesmo no período em que estive na Europa realizando entrevistas com imigrantes brasileiros, não deixar de estar presente recomendando leituras, tirando dúvidas e cobrando resultados.

Espero que o estudo aqui apresentado corresponda às expectativas nele depositadas pelo CNPq, pela Fundação Casa de Rui Barbosa e pelo professor Charles Gomes.

INTRODUÇÃO

A imigração é um tema que chama a atenção dos estudiosos há séculos. Do século XVI até o início do século XX, o movimento migratório europeu para terras distantes nas Américas, África e Ásia foram partes constituintes da colonização. No período pós-Segunda Guerra Mundial, observou-se uma inversão no fluxo migratório, da imigração norte-sul para a imigração sul-norte¹. Nesse contexto, países desenvolvidos passaram a recrutar trabalhadores de países em desenvolvimento como mão-de-obra para os setores da indústria e serviços. Esse movimento segue a lógica de um mercado global. Empregadores no Norte demandam mão-de-obra barata, que é fornecida por trabalhadores do Sul. Estes ocupam postos de trabalho que

¹ Muito embora o fluxo migratório tenha sido e continue sendo multifacetado, com forte fluxo tanto sul-sul quanto norte-norte. A Rússia, por exemplo, é o terceiro país do mundo com maior número de emigrantes. O que é constante, porém, é o movimento que se dá de um país com menor oferta de emprego para um com maior oferta.

europeus e americanos, com um alto nível de vida e de renda *per capita*, não se dispõem mais a realizar.

Movimentos globais como a revolução das tecnologias de transporte e telecomunicações influenciam a natureza do fluxo migratório. Mexicanos nos EUA, turcos na Alemanha, norte-africanos e árabes na França e Inglaterra passaram a se organizar em redes transnacionais. Nessas redes, mantêm contatos sociais, familiares, econômicos, políticos e culturais com seus países de origem. Muitos não se adaptam – ou fazem questão de não se adaptar – às culturas, instituições, normas e costumes dos países receptores. Comunidades migrantes inteiras são criadas dentro das cidades européias e americanas. A segregação habitacional estimula os sentimentos xenófobos de ambos os lados. Cada vez mais os imigrantes reclamam participação política proporcional às suas populações. Por outro lado, partidos políticos de extrema direita ganham força na Europa com uma plataforma antiimigração, para não dizer antiimigrante².

Diversos estudos já foram desenvolvidos com o objetivo de compreender como o movimento migratório afeta as sociedades receptoras³. São escassos, porém, os estudos sobre como a emigração afeta as sociedades de origem. A nossa tarefa, portanto, é revisar a literatura corrente sobre o tema e desenvolver um estudo empírico sobre como a emigração afeta o Brasil. Estaremos interessados, particularmente, se as remessas – a parte da renda do migrante que é destinada a sua família ou amigos no país de origem – servem como um instrumento para o desenvolvimento do país. Para tanto, meu orientador professor Charles P. Gomes fez entrevistas com brasileiros em duas cidades da Europa com alto índice de imigração brasileira, Londres e Lisboa. Enquanto isso, permaneci no Rio de Janeiro para realizar entrevistas com os destinatários das remessas.

EMIGRAÇÃO – PRÓS E CONTRAS

A emigração traz benefícios claros para o migrante. Na maioria dos casos, este consegue ganhar em uma hora o que não faz em uma semana em seu país de origem (SORENSEN, N. 2004).

² A ascensão política mais notável de um político de extrema direita talvez seja a de Le Pen, na França. Sobre o assunto ver: Cornelius, W. A. & Tsuda T. & Martin, P.L. & Hollifield, J. F. (2004).

³ Para uma discussão sobre os diferentes modelos de integração de imigrantes nas sociedades receptoras ver: LAYTON-HENRY, Z. & JOLY, D. (1998).

A discussão sobre os efeitos da emigração nos países em desenvolvimento é controversa. Podemos destacar três tópicos a serem debatidos⁴. 1) As remessas como instrumento para o desenvolvimento econômico e melhoria social dos países receptores. 2) O processo de *brain drain* no qual países perdem mão-de-obra qualificada essencial para o bom funcionamento de suas economias. 3) A formação de comunidades transnacionais de solidariedade, na qual os emigrantes estão em contato permanente e das mais diversas formas com suas comunidades e países de origem.

Remessas

Dentre os temas mencionados acima, o que mais tem chamado a atenção dos especialistas são os efeitos produzidos pelas remessas de dinheiro enviadas por emigrantes para seus amigos, familiares e comunidades de origem. As remessas têm sido por gerações um meio tradicional de suporte financeiro para familiares que permanecem nos países menos desenvolvidos.

Até não muito tempo atrás, estudos apontavam apenas para os efeitos negativos. Três eram as razões para o pessimismo: 1) As remessas causam uma relação de dependência entre receptor e remetente, diminuindo os incentivos de procura de renda no país de origem. 2) As remessas estimulam o consumo primordialmente de produtos importados, gerando inflação e não trazendo benefícios gerais para a sociedade, uma vez que não se traduzem em investimento em atividades produtivas. 3) As remessas impõem um peso econômico muito grande para os imigrantes, que precisam trabalhar mais para sustentar os familiares e deixam de desfrutar do pouco dinheiro que costumam fazer, não investindo em si próprios, por exemplo, em cursos profissionalizantes que poderiam melhorar sua qualificação para um melhor emprego no futuro.

As questões levantadas acima permanecem pertinentes para a compreensão dos efeitos das remessas. O olhar exclusivamente negativo que prevaleceu até meados dos anos 90, no entanto, se deve ao pequeno montante de dinheiro remetido por imigrantes até então. À medida que a imigração cresce em larga escala e as remessas se aceleram dramaticamente, o impacto econômico e social desse fenômeno começa a transcender as relações familiares, chamando a atenção nacional e internacional. Estudos mais recentes constataam que o montante de remessas cresce de forma impressionante a cada ano.

⁴ Para uma discussão mais ampla sobre o assunto ver: SORENSEN, N. N. (2004), LOWELL, L. & DE LA GARZA, R. O. (2000) e KEELY, C. B. & TRAN, B. N. (1999).

Segundo estimativas muito modestas do FMI, as remessas emitidas para países em desenvolvimento alcançaram a marca de US\$ 72.3 bilhões em 2001. Desde então, este montante vem crescendo ano após ano. Na América Latina, por exemplo, principal região recebedora de remessas no mundo, os valores alcançaram US\$ 32 bilhões em 2002, mais do que o triplo dos 10 bilhões de dólares remetidos seis anos antes⁵. Neste cenário renovado, novas concepções foram desenvolvidas, procurando compreender como as remessas podem contribuir para a melhora da qualidade de vida das famílias dos emigrantes, bem como para o desenvolvimento de suas comunidades e países de origem.

Dados sobre as remessas numa escala global ainda são imprecisos. Isso ocorre devido a dois fatores principais. O primeiro é que grande parte das transferências são realizadas por meios informais – ilegais ou não. Estas não são captadas por muitos dados oficiais, subestimando muito o valor total remetido. Segundo, ainda prevalece um desinteresse ou incapacidade de governos e órgãos multilaterais em levantar dados sobre o assunto, principalmente em áreas remotas do Terceiro Mundo. Mas isso vem mudando. Cada vez mais governos e órgãos públicos percebem o potencial de desenvolvimento das remessas, estimulando pesquisas e adotando políticas específicas nessa área.

As remessas trazem benefícios imediatos para aqueles que as recebem. Estudos diversos demonstram que elas são utilizadas pelas famílias receptoras com gastos em educação, saúde, transporte, etc.⁶ O estudo *All in the Family* desenvolvido pela Inter-American Dialogue conclui que as remessas são o fluxo de dinheiro do exterior que mais ajuda a vida dos mais pobres na América Latina e Caribe. Apontam quatro motivos para tanto:

1) O montante remetido é maior, em alguns países, do que qualquer outro fluxo de entrada de dinheiro do exterior. Em outros, chega à metade das receitas com investimento estrangeiro direto e/ou exportações (ver tabela 1). 2) Diferentemente do investimento externo direto e de doações filantrópicas, as remessas são um fluxo externo estável (ver gráficos 1 e 2). Em tempos de crise econômica tendem a aumentar levemente, produzindo um efeito contracíclico e uma rede estável de proteção social. 3) Enquanto recursos captados por governos no mercado financeiro e de investimentos externos diretos levam respectivamente ao endividamento e a futuras remessas de lucro das empresas para o exterior, as remessas não criam obrigações futuras para aqueles que as recebem. O dinheiro entra sem qualquer

⁵ Dados encontrados no texto: OROZCO, M. & LAPOINTE, M. (2003).

⁶ Por exemplo, OROZCO, M. & LAPOINTE, M. (2003), MARTIN, S. (2001), NEWLAND, K. (2003).

contrapartida. 4) As remessas chegam direto a famílias em locais remotos que nenhum outro fluxo externo alcança, beneficiando os mais pobres e diminuindo as desigualdades sociais e regionais de muitos países, particularmente os pequenos países do Caribe e da América Central.⁷

O montante remetido no continente latino-americano já ultrapassa toda a assistência estrangeira privada e todos os investimentos externos diretos. Mais adiante, analisarei como políticas públicas podem incentivar o uso eficiente das remessas de forma a trazer benefícios para pequenas comunidades e para os países como um todo.

Brain drain

Se as remessas proporcionam os maiores benefícios da imigração do ponto de vista do país de origem, a perda de recursos humanos – particularmente de pessoas altamente qualificadas – impõe os custos mais severos. O mercado para mão-de-obra de alta qualificação se tornou um mercado global. As forças globalizantes fazem com que as economias industriais mais dinâmicas admitam, e em alguns casos até recrutem, proporções significantes de profissionais dos países pobres (Newland 2003).

Podemos destacar três perdas principais impostas pelo processo de *brain drain* aos países em desenvolvimento. O primeiro é a educação em si, que na maioria dos casos é fortemente subsidiada pelo Estado. A emigração significa, assim, uma transferência do país pobre para o rico. O segundo é a perda de trabalhadores em postos essenciais para a sociedade, como médicos e engenheiros, entre outros. Por fim, há um custo em termos dos impostos que deixam de ser recolhidos dos trabalhadores emigrantes com alta qualificação, que costumam deter uma renda bem acima da média das sociedades de origem. Estimar de forma precisa os custos do *brain drain*, porém, não é das tarefas mais fáceis. Novos modelos devem ser estudados para tanto.

Redes transnacionais

Já se foi o tempo em que os efeitos da emigração nas sociedades de origem eram medidos através de uma contraposição entre os custos impostos pelo *brain drain* e os benefícios proporcionados pelas remessas. Kathleen Newland (2003) argumenta que as

⁷ Para saber mais sobre os efeitos das remessas nos países da América Central, Caribe e México, ver: SURO, S. & BENDIXEN, S. (1993), LOWELL, L. & DE LA GARZA (2000), OROZCO, M. & LAPOINTE, M. (2004), SORENSEN, N. N. (2004).

remessas são utilizadas principalmente para consumo corrente e por isso sozinhas não tem um impacto significativo no desenvolvimento dos países. A autora destaca cinco fluxos financeiros advindos de imigrantes que podem desenvolver esse papel:

Investimento estrangeiro direto – levado a cabo por emigrantes que retornam aos seus países de origem. Turismo – de comunidades de imigrantes para seus países pode ser uma grande fonte de recurso para esse setor da economia. Filantropia – por parte de *hometown associations*, outras fundações ou imigrantes individuais que se solidarizam com seus países de origem. Levantamento de fundos – para candidatos políticos ou causas específicas em comunidades com grande diáspora populacional. Nostalgia – por alimentos ou produtos dos países de origem criam mercados para esses produtos nos países de imigração, estimulando a produção local e o comércio internacional.

Essas interações são promovidas pelo crescimento de redes transnacionais que sustentam relações mais profundas entre emigrante e comunidade e país de origem. “Em um tempo de transporte e comunicação rápida e barata, a emigração não significa mais uma quebra de relações com os países de origem”.⁸

Manuel Orozco (2003), por sua vez, desenvolve um modelo que procura compreender o processo migratório como um fenômeno conectado à globalização. O modelo dos 5Ts (Ver figura 1) demonstra os principais aspectos que mantêm unidos emigrantes e países de origem. Alguns, como turismo e trocas comerciais, são enfatizados também por Newland; outros complementam e abrangem nosso entendimento sobre o assunto. São eles: 1) Transporte, que significa basicamente as viagens de visita dos emigrantes, que estimulam a indústria aérea do país natal. 2) Telecomunicações, que são as ligações telefônicas e o uso da Internet para a comunicação das comunidades de origem com o familiar ou amigo emigrante. 3) O outro aspecto enfatizado pelo autor são as Transferências, que é apenas outro nome para as remessas.

REMESSAS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL?

A partir de agora me concentrarei no objetivo central desse estudo, que é compreender quais são os efeitos das remessas no Brasil e se elas podem servir como um instrumento de desenvolvimento econômico para o país.

⁸ SORENSEN, N (2004), p. 3. tradução livre.

A tendência histórica do Brasil é ser um país de imigração. O movimento imigratório foi decisivo para a criação de uma nação mestiça e multiétnica. Os imigrantes variavam de europeus até africanos. São Paulo é a segunda cidade no mundo com maior número de japoneses e descendentes.

Como já foi mencionado na introdução, a tendência histórica da imigração norte-sul foi revertida pelo fluxo sul-norte a partir de meados do século XX. O Brasil não foi exceção: com uma notável intensificação do fluxo emigratório nos anos 90, sua diáspora já constitui uma das principais preocupações da política externa nacional. No atual conflito no Oriente Médio, por exemplo, o Itamarati desempenhou um papel central e eficaz na retirada dos brasileiros residentes no Líbano.

Estima-se que pouco menos de 2,5 milhões de brasileiros residem no exterior atualmente⁹. De acordo com um estudo desenvolvido pelo BID em 2004, aproximadamente 1,3 milhões de brasileiros recebem dinheiro de seus parentes migrantes¹⁰. No total, segundo dados oficiais do FMI, 6,5 bilhões de dólares em remessas de emigrantes são enviados por ano ao país. Os três principais destinos dos emigrantes brasileiros são EUA, Japão e União Européia respectivamente. De acordo com o Estudo sobre os Destinatários de Remessas no Brasil (2004), desenvolvido pela Bendixen & Associates, 58% das remessas são destinadas à região Sudeste, 39% são enviadas para a região Sul e 3% para o restante do país. Além disso, as remessas se concentram altamente em algumas cidades e estados específicos (ver figura 2).

Perfil do emigrante e primeiras constatações

Os emigrantes brasileiros que vivem na Europa costumam ser jovens adultos ou adultos de até quarenta anos de idade. 69% em Lisboa e 80% em Londres estão dentro dessa faixa etária (ver gráfico 3). Apenas 32% e 23% dos emigrantes em Londres e em Portugal não enviam remessas para seus amigos e familiares no Brasil. Mais de 50% dos pesquisados enviam entre mil e dez mil euros por ano, quantias significativas, para seus amigos e familiares no Brasil, ou para planos pessoais futuros (ver gráfico 4). O principal destinatário das remessas são pai e mãe do emigrante, sugerindo que, quando se trata de filhos, os emigrantes procuram trazê-los para o novo país e/ou conseguem com maior facilidade (ver gráfico 5). Uma maioria esmagadora dos pesquisados tem pelo menos o

⁹ Dado disponível em: Caizan, F. (2005).

¹⁰ Dado disponível em Bendixen & Associates (2004)

segundo grau completo, sendo que 64% e 38%, em Londres e Lisboa respectivamente, possuem diploma universitário (ver gráfico 6).

Aqui podemos parar para fazer uma primeira interpretação dos dados recolhidos. Como vimos anteriormente, as remessas estão altamente concentradas na região Sudeste e Sul, as duas mais ricas do país. O nível de escolaridade dos entrevistados pode ser considerado bem alto para padrões nacionais. Apenas 16% em Portugal e 5% em Londres têm somente o primário completo. Nessa faixa de nível educacional, 57% não responderam ou não enviam remessas para seus familiares no Brasil (ver gráfico 7). Está claro, portanto, que diferentemente dos países da América Central, Caribe e México, o imigrante brasileiro médio na Europa não está entre a faixa da população mais pobre. E, entre aqueles menos escolarizados, mais de 50% não enviam remessas para seus familiares, porque ganham um salário suficiente somente para se sustentar.

Esse fato ocorre, como já foi constatado anteriormente por diversos estudos, devido à distância geográfica do país em relação à Europa e aos EUA, que faz com que o emigrante brasileiro tenha que ter alguma renda inicial para conseguir chegar e se estabelecer no novo país. Há alguns indicativos de que isso pode estar mudando devido ao aprofundamento de redes de comunidades transnacionais brasileiras, nas quais amigos e familiares de emigrantes possam encontrar abrigo e assistência inicial no país receptor até que se estabeleça definitivamente. Para morar em Nova Iorque, por exemplo, o brasileiro pode nem precisar aprender a língua inglesa. Basta ir para a rua *Little Brazil* e encontrará cidadãos nacionais, poderá conseguir trabalho e um lugar para morar pelo menos até se estabelecer.

De qualquer forma, a primeira constatação importante da pesquisa é que as remessas são destinadas a famílias mais abastadas do que a média brasileira, não beneficiando a camada mais pobre da população. Por outro lado, o fato de que são os pais e mães dos emigrantes que mais recebem as remessas pode ser uma boa notícia, se considerarmos a situação de enorme *deficit* em que se encontra o nosso sistema previdenciário. O que será reforçado no próximo subtópico, no qual constatamos que 6% dos entrevistados em Lisboa e 14% em Londres contribuem para o INSS ou para a aposentadoria privada (Gráfico 8).

À primeira vista pode parecer que o alto nível educacional dos entrevistados significa uma perda para o Brasil em termos de profissionais de alta qualificação. Ou seja, o efeito *brain drain* poderia ser um aspecto negativo para o país. O que é sabido, porém, e que pude captar tanto nas entrevistas que realizei quanto nas entrevistas realizadas por meu orientador, é que grande parcela dos imigrantes com diploma universitário trabalha em postos de baixa

qualificação no novo país, eliminando a possibilidade de o *brain drain* ser um problema de grandes dimensões para o país.

Como a remessa é utilizada?

Responder à pergunta formulada acima é essencial para se compreender qual o efeito que as remessas produzem no Brasil. No gráfico abaixo estão os resultados das respostas dos entrevistados.

Os resultados são altamente positivos. Se considerarmos gastos em saúde e educação como investimento em capital humano, que é essencial para o crescimento de um país no médio e longo prazo, esses chegam a 17% em Lisboa e 11% em Londres. Adicionando a essa conta os gastos em construção, empreendimento e poupança – que correspondem juntos a 30% dos gastos dos destinatários com parente em Londres e em Lisboa – chegamos a 47% dos gastos dos destinatários de Lisboa e a 41% dos gastos dos destinatários de Londres que contribuem de alguma forma para o desenvolvimento do país. Já quando a pergunta foi “qual é o principal motivo do envio das remessas?” (ver gráfico 9), este cenário se confirma, uma vez que em “para ajudar a família a atender às necessidades básicas” estão incluídos gastos em saúde e educação e, em “outros”, a maioria esmagadora se refere a gastos com construção, investimento, empreendimentos e poupança.

Outros benefícios proporcionados pelo emigrante

Como vimos anteriormente, compreender os efeitos proporcionados pela emigração aos países de origem fazendo uma contra-posição entre os benefícios proporcionados pelas remessas e os malefícios advindos do *brain drain* é fazer uma análise limitada do assunto. Relembrando o modelo dos 5T's de Manuel Orozco, o autor destaca formas de como os emigrantes estão conectados em uma rede transnacional com seus países de origem. São eles, turismo, transporte, transferência, telecomunicações e trocas comerciais. As redes transnacionais podem fornecer fontes de recursos significativas para as empresas dos setores que fornecem os serviços mencionados acima. Em relação a telecomunicações, por exemplo, após a privatização do setor nos anos 90, a competição entre diferentes empresas privadas abaixou o preço da ligação internacional drasticamente, a ponto de ser mais caro ligar do exterior para o país do que o inverso em muitos casos e fornecendo uma ótima fonte de recurso para as empresas do setor. De acordo com um estudo produzido pela Bendixen &

Associates¹¹, apenas 22% dos emigrantes brasileiros se comunicam com parentes só uma vez por ano por Internet ou telefone (ver gráfico 10).

Quando perguntamos “com que frequência visitam o Brasil”, apenas 26% em Londres e 22% em Portugal responderam “raramente” ou “nunca” (ver gráfico 11). Já quando a pergunta foi “quanto dinheiro gastam durante a visita ao país”, aproximadamente 65% dos emigrantes de ambos os países responderam “entre mil e três mil euros” (ver gráfico 12). O que significa que os emigrantes representam um grande potencial para as indústrias de transporte aéreo e turismo, contribuindo para o desenvolvimento nacional também dessa forma.

Os imigrantes contribuem, portanto, para o desenvolvimento do país através do envio de remessas e do estabelecimento de redes de contato transnacional. Como podem, porém, governos e agentes privados estimular o envio de mais recursos e utilizá-los de forma mais eficiente no sentido de promover o desenvolvimento? Quais medidas e ações estão sendo promovidas no Brasil? Algumas medidas específicas podem ser recomendadas utilizando como base toda a discussão realizada até aqui.

MEDIDAS PARA ESTIMULAR O ENVIO E OTIMIZAR O USO DAS REMESSAS

A efetividade de políticas dirigidas para estimular o envio e otimizar o uso das remessas pode variar de caso a caso, dependendo do grau de desenvolvimento financeiro, econômico e institucional do país (Sorensen, 2004).

Algumas políticas públicas específicas são recomendáveis para o melhoramento da economia nacional como um todo, não só para uma maior eficiência das remessas. Primeiro, é necessário que o país tenha um sistema financeiro saudável, com bons instrumentos de fornecimento de crédito, taxas de juros razoáveis, boa infra-estrutura bancária, pessoal qualificado no setor, entre outros. Assim, os bancos terão maiores incentivos para criar mecanismos de captação de parte dos fluxos de remessas, intermediando o processo de poupança para investimento (Sorensen, 2004; Lowell & Garza, 2000; Suro & Bendixen, 2002). Segundo, o fortalecimento do papel dos governos locais para que sejam capazes de adotar projetos que melhorem o sistema regulatório e o ambiente financeiro local. Os governos locais podem fortalecer o papel das *Hometown Associations* e desenvolver projetos

¹¹ Bendenix & Associates (2004).

conjuntos para o redirecionamento das remessas para o setor produtivo (Orozco 2003; Sorensen 2004).

O envio das remessas por meios legais aumenta as possibilidades de os recursos serem utilizados para o financiamento privado de atividades produtivas – por parte do próprio remetente quando este retornar ao país de origem, de sua família ou amigos destinatários das remessas, como de empreendedores que buscam crédito inicial no sistema financeiro para abrir seus negócios próprios. Para que esse objetivo seja alcançado, podemos destacar algumas políticas específicas.

A principal tarefa dos governos e dos bancos privados é trazer para o sistema bancário aqueles que estão fora. As famílias que realizam as transferências fora do sistema financeiro estão suscetíveis a maiores custos de transação entre outras dificuldades. Trazê-los para o sistema bancário fará com que paguem preços menores e desfrutem de outros benefícios, como acesso a crédito. Estabelecer um bom funcionamento de bancos em locais remotos, como áreas rurais e regiões em conflito, é um dos maiores desafios.

Os bancos devem ser encorajados a procurarem clientes migrantes como, por exemplo, proporcionando a possibilidade legal de emigrantes sem documentação legal apropriada abrirem contas, ou contratar funcionários que falem a língua da comunidade estrangeira autora das transferências.

Os governos devem estimular a competição entre diferentes bancos e empresas remetentes para diminuir os preços cobrados sobre o montante enviado – estimulando o uso por meios legais.

É essencial o combate aos meios ilegais de envio de remessas, para permitir a competição leal, estimulando novos agentes a entrarem no mercado das remessas, diminuindo o preço das transações legais e evitando uso obscuro dos recursos, como financiamento de atividades ilícitas como tráfico de drogas e terrorismo internacional.

Por fim, governos e agentes privados podem possibilitar e estimular o uso de novas tecnologias como a Internet e os celulares como meios de transferência.

Algumas medidas adotadas no Brasil

Grande parte das transferências de brasileiros no exterior para seus familiares são realizadas através de instituições privadas especializadas no setor (Bendixen & Associates, 2004). Por isso, os brasileiros acabam por pagar altas taxas, o que poderia ser revertido caso utilizassem contas bancárias. Muitos não utilizam o sistema financeiro por não possuir o *status* de imigrante legal, exigido para se abrir uma conta em banco no Brasil com

possibilidade de manter os ativos em moeda estrangeira. O que é necessário, devido à desconfiança que os migrantes têm em relação a possíveis depreciações do valor real da moeda nacional.

Há uma lei no Congresso Nacional, de autoria do Senador Marcelo Crivela, que busca autorizar os emigrantes ilegais a usufruir desse privilégio. O projeto busca criar a Poupança Emigrante (PE), na qual os brasileiros residentes no exterior poderiam ter conta bancária em moeda estrangeira ao provar exercício de atividade remunerada e residência no exterior há, pelo menos, seis meses. Busca, ainda, instituir o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (FFEE), que tem o objetivo de financiar os detentores da conta Poupança Emigrante em futuras iniciativas empreendedoras próprias, conduzidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Em anexo, segue a justificativa do parecer de 2005 do Gabinete do Senador Rodolfo Tourinho.

Quanto ao uso da tecnologia para facilitar o envio das remessas, podemos destacar duas medidas adotadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A Caixa permitiu, em 2004, a utilização da Internet para o envio de remessas com um custo de 3% do valor. No entanto, a medida é limitada, uma vez que o remetente tem que abrir uma e-conta, só podendo retirar o dinheiro ao retornar ao país. Ou seja, é um instrumento para incentivar a internalização da poupança do emigrante, mas não para o envio de remessas para seus amigos e familiares. Já o Banco do Brasil desenvolveu uma forma simples para se fazer transferências mediante o uso de telefones celulares, o sistema *mobile banking*. Segundo o banco, os brasileiros que lá vivem costumam trabalhar muito, inclusive aos sábados, e não têm tempo de se dirigir às agências do banco no país, nem ter acesso à Internet. Além da transferência, o sistema permite acesso a transações como saldo, extrato e conversão de valores em moedas para contas mantidas no Japão ou no Brasil.

Por fim, cabe destacar uma ação da Polícia Federal contra vários donos de empresas que fazem remessas de dólares para o país. De acordo com uma reportagem da *Folha de São Paulo* do dia 5 de setembro de 2005, a atuação de empresários como doleiros estava impedindo a entrada da Caixa Econômica Federal no mercado de remessas. Em anexo, a reportagem está reproduzida.

Como vimos, todas as medidas adotadas no país se enquadram no perfil de alguma das políticas sugeridas no subtópico “Estimular o envio por meios legais”. A nova lei de remessas procura legalizar a transferência de imigrantes ilegais e direcionar os recursos para atividades produtivas. As medidas do Banco do Brasil e da Caixa procuram facilitar a transferência através do uso de tecnologias. A ação da Polícia Federal visa combater os meios ilegais de

transferência para eliminar a competição desleal que impedia a entrada da Caixa no mercado de remessas e para combater a lavagem de dinheiro.

CONCLUSÃO

Na medida em que a imigração internacional continua a crescer ano após ano, as remessas também continuarão a aumentar em tamanho e importância para os países em desenvolvimento. Defensores da globalização argumentam que o movimento migratório – tanto intra como inter-estatal – contribui para a diminuição da pobreza e da desigualdade numa escala global. Isso se daria através da incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho dos países ricos, onde esses desfrutariam de salários e níveis de vida altíssimos, em relação ao possível em suas terras natais. Além do impacto positivo na renda das famílias dos emigrantes e do país de origem como um todo, que passa a contar com um recurso externo alternativo mais estável do que qualquer outro.

Cabe ressaltar, no entanto, que os países pobres não podem ficar dependentes desse recurso, deixando de desenvolver atividades produtivas próprias. Em outras palavras, as remessas representam um fluxo que pode ser muito benéfico para o país, mas este tem de aprender a andar com as próprias pernas.

No Brasil, país com dimensões continentais, nossas bases produtivas já são relativamente desenvolvidas, tanto no setor industrial e de serviços como na agricultura. Nesse sentido, as remessas só podem ter efeitos positivos. Tanto pelos motivos já mencionados e discutidos nesse estudo quanto pelo seu efeito multiplicador. Esclarecendo, como os gastos que não contribuem de forma direta para o desenvolvimento (comida, produtos supérfluos, etc.) são direcionados para a compra de produtos e serviços produzidos nacionalmente, têm o efeito indireto de estimular o PIB ao gerar consumo, estimular mais investimentos na produção desses produtos, manter ou criar novos empregos, etc.

Como vimos, os emigrantes brasileiros contribuem para o desenvolvimento do país de formas múltiplas. Os dados analisados, porém, ainda são incompletos. É preciso mais incentivos por parte de instituições públicas e privadas nacionais e internacionais para a pesquisa nessa área evoluir no Brasil e no mundo. Somente então, governos federais e estaduais, prefeituras em áreas com alta diáspora populacional e órgãos públicos e privados em geral poderão desenvolver políticas eficazes para otimizar o uso das remessas de forma a contribuir não só para os familiares dos emigrantes como para o país como um todo.

BIBLIOGRAFIA

- CAIZAN, F. Remessas de imigrantes são alvo da PF. *Folha de São Paulo*, 5 de setembro de 2005. p. B1.
- CORNELIUS, W. A. & TSUDA, T. & MARTIN, P. L. & HOLLIFIELD, J. F. Controlling Immigration.: Center for Comparative Immigration /studies, University of California, San Diego. 2004.
- KEELY, B.C. & TRAN, B. Remittances From Labor Migration: Evaluations, Performance and Implications. In IMR, Volume XXIII, No.3. 1999
- LAYTON-HENRY, Z. & JOLY D. Philosophies of Integration: Immigration and the Idea of Citizenship in France and Britain. In ST. Martin's Press, INC. New York. 1998.
- MANUEL, O. Hometown Associations and their Present and Future Partnerships: New Development Opportunities? In Inter-American Dialogue. Washington D.C. 2003.
- MARTES, A. C. B. O Compromisso do Retorno. In: EAESP – FGV. São Paulo, 2000.
- MARTIN, F. S. Remittances as a Developmental Tool. In: <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0901/ijee/martin.htm>, Georgetown University. Acessado em: 21/09/04.
- MARTIN, S. Prepared Statement of Dr. Susan Martin. In: http://banking.senate.gov/02_02hrg/022802/martin.htm, Georgetown University. Acessado em: 21/09/04.
- MPI STAFF. Remittance Data. In: <http://www.migrationinformation.org/USfocus/print.cfm?ID=137>, Acessado em: 21/06/2004.
- NEWLAND, K. Migration as a Factor in Development and Poverty Reduction In: <http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=136>, Acessado em: 21/06/04.
- O'Neil, K. Using Remittances and Circular Migration to Drive Development In: <http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=133>, Acessado em: 21/06/04.
- OROZCO, M. Remittances, the Rural Sector, and Policy Options in Latin America. In: <http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=128>, Acessado em 21/06/04.
- OROZCO, M & MICHELLE, L. All in the Family, Latin America's Most Important International Financial Flow. In: Report of the Inter-American Dialogue Task Force on Remittances. January, 2004.
- PARECER Nº 174. 2005. Gabinete do senador Rodolpho Tourinho - Data: 14 de abril de 2005. Disponível em:

http://www.senado.gov.br/web/senador/RodolphoTourinho/parecer/20050414_pls_174_2004.html
Acessado em: 14/07/06

PORTES, A. Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities. In: IMR, Volume 31 Number 4. 1997

RIBEIRO, A. BB permite remessas por celular. In: O Valor, pp. C 8. 14 de Julho de 2006.

SASSEN, S. Immigration Tests The New Order In: LOSING CONTROL? SOVEREIGNTY IN AN AGE OF GLOBALIZATION. Columbia Press, New York. 1995.

SHERIDAN, B. S. Immigrant's Cash Floods Homelands In: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A31720-2004May16.html>, Acessado em: 17/07/04

SORENSEN, N.N. The Development Dimension of Migrant Remittances. In: Migration Policy Research, Working Papers Series. June 2004

SURO, R. & BENDIXEN, S. The Remittance Process and the Unbanked. In: Billions in Motion: Latino Immigrants, Remittances and Banking. The Pew Hispanic Center and The Multilateral Investment Fund. 1993.

GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

(Tabela 1): Comparação da entrada de recursos externos na América Latina (remessas, investimento externo direto e doações filantrópicas privadas).

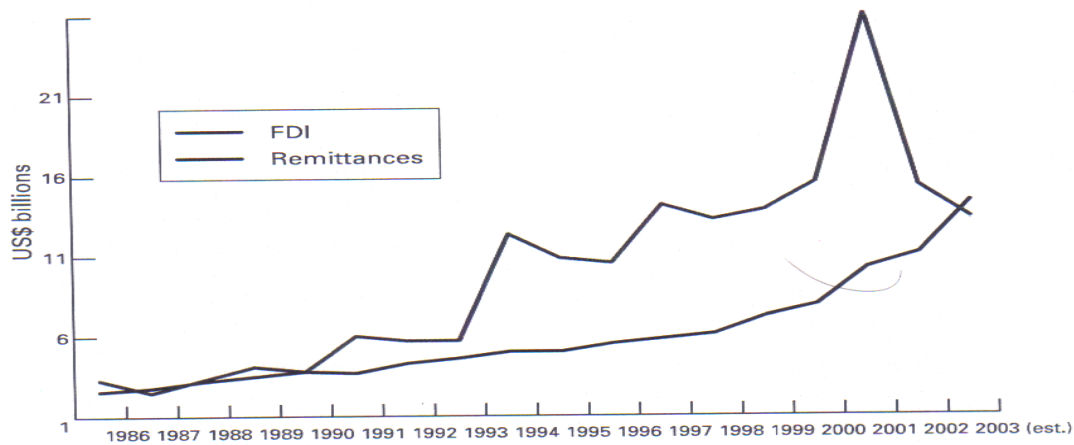
Table 1: Remittances and Other Financial Flows to Latin America

Country/region	1996 (\$ billions)			2001 (\$ billions)		
	Remittances	FDI	ODA	Remittances	FDI	ODA
Mexico	4.2	9.2	0.3	8.9	24.7	<0.1
Central America	1.8	1.1	1.8	3.6	2.0	2.1
Caribbean	2.4	0.7	0.7	4.5	2.7	0.5
South America	1.7	9.3	0.8	4.0	8.2	1.0

Sources: Remittances are as reported by the central bank of each country/region. Foreign direct investment (FDI) and official development assistance (ODA) data are from *World Development Indicators* (Washington, DC: World Bank, 2003). ODA excludes loans from the World Bank or International Monetary Fund.

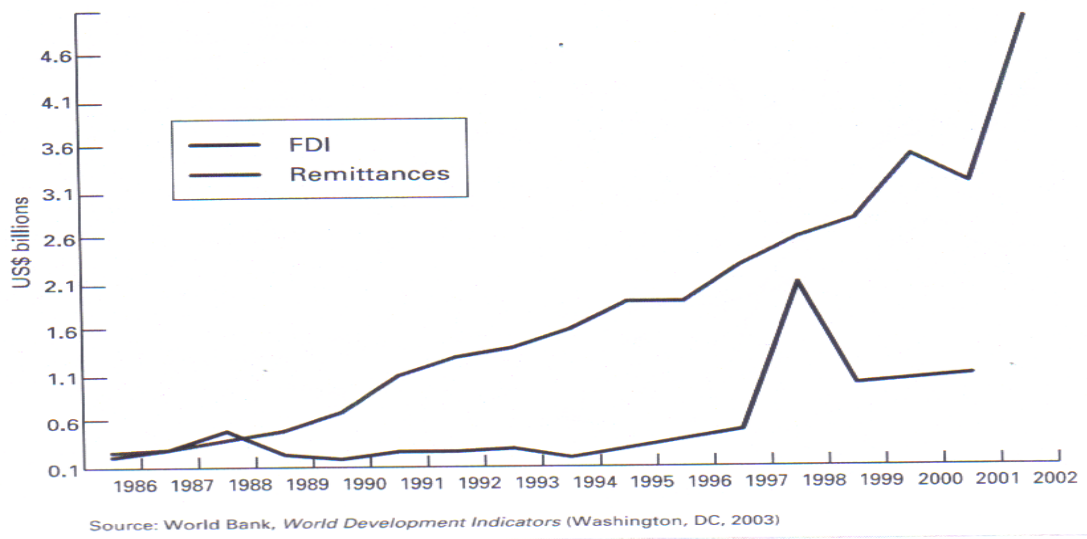
(Gráficos 1 e 2) – Investimento Externo Direto (IED) mais suscetível às variações dos ciclos econômicos do que as remessas, no México e na América Central. Em 2002 as remessas já eram maiores do que o IED nos dois casos.

Figure 1: Remittances and Foreign Direct Investment to Mexico

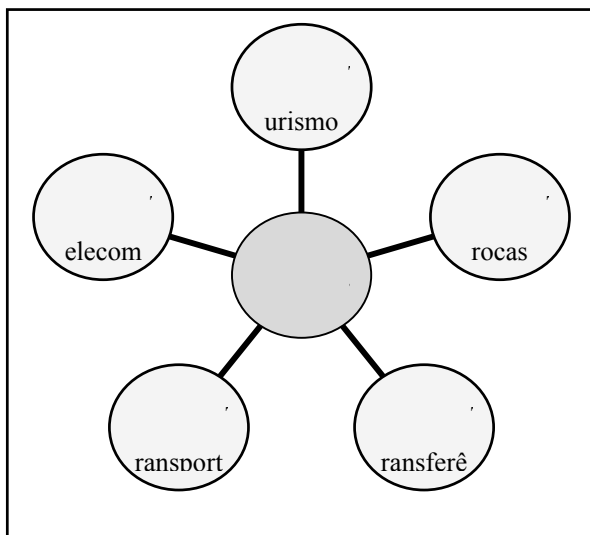


Source: World Bank, *World Development Indicators* (Washington, DC, 2003)

Figure 2: Remittances and Foreign Direct Investment to Central America



(Figura 1. Fonte: “The Development Dimension of Migrant Remittances”, 2004).



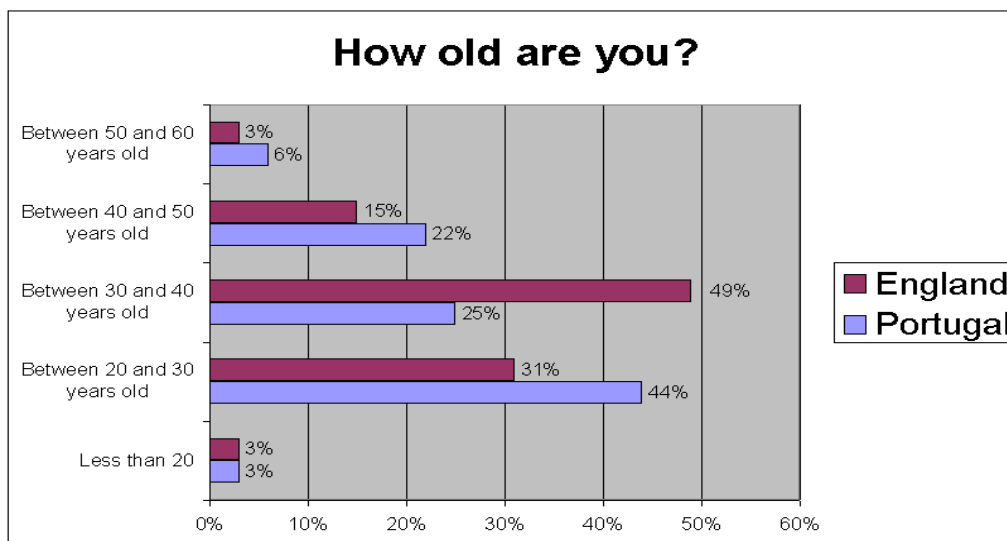
(Figura 2); Fonte: Estudos sobre os Destinatários de Remessas no Brasil, Bendixen & Associates.

Estados e Cidades com Concentrações de Destinatários de Remessas de Dinheiro

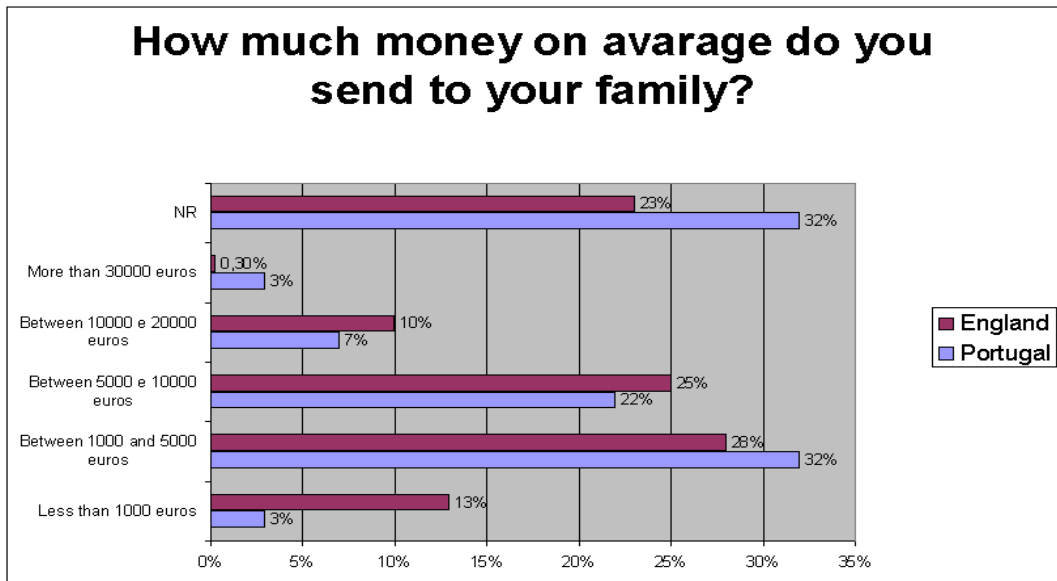
<p>➤ Sudeste</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ São Paulo ▪ Atibaia ▪ Cafelândia ▪ Embu ▪ Jaguaruna ▪ Mogi das Cruces ▪ Presidente Prudente ▪ Rio Claro ▪ São Paulo ○ Rio de Janeiro ▪ Nova Friburgo ▪ Petrópolis ▪ Rio de Janeiro 	<p>➤ Sudeste</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Minas Gerais ▪ Belo Horizonte ▪ Caratinga ▪ Governador Valadares ▪ Pescador <p>➤ Sul</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Paraná ▪ Curitiba ▪ Lapa ▪ Maringá ▪ Pato Branco ▪ Prudentópolis 	<p>➤ Sul</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Santa Catarina ▪ Blumenau ▪ Cocal do Sol ▪ Criciúma ▪ Florianópolis ▪ Gaspar ▪ Joinville ▪ Santo Antonio do Pontal ▪ Siderópolis ○ Rio Grande do Sul ▪ São Leopoldo
--	---	---

10

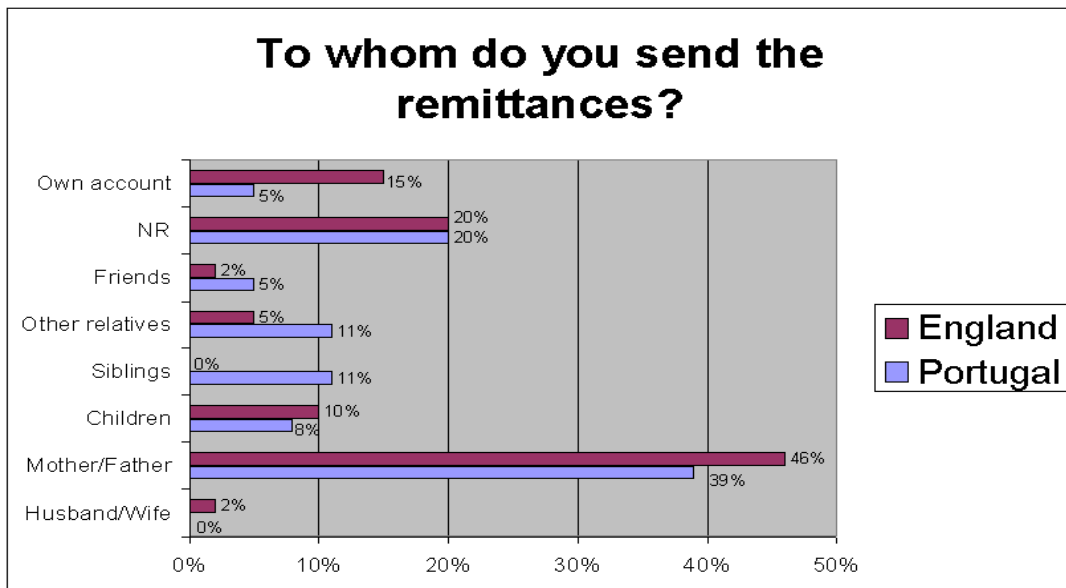
(gráfico 3). * Este gráfico foi apresentado por meu orientador Charles P. Gomes em: GOMES, C. P. Remittances as a Tool for Economic Development, paper presented at 10th Conference of the IASFM. Toronto, 07/2006.



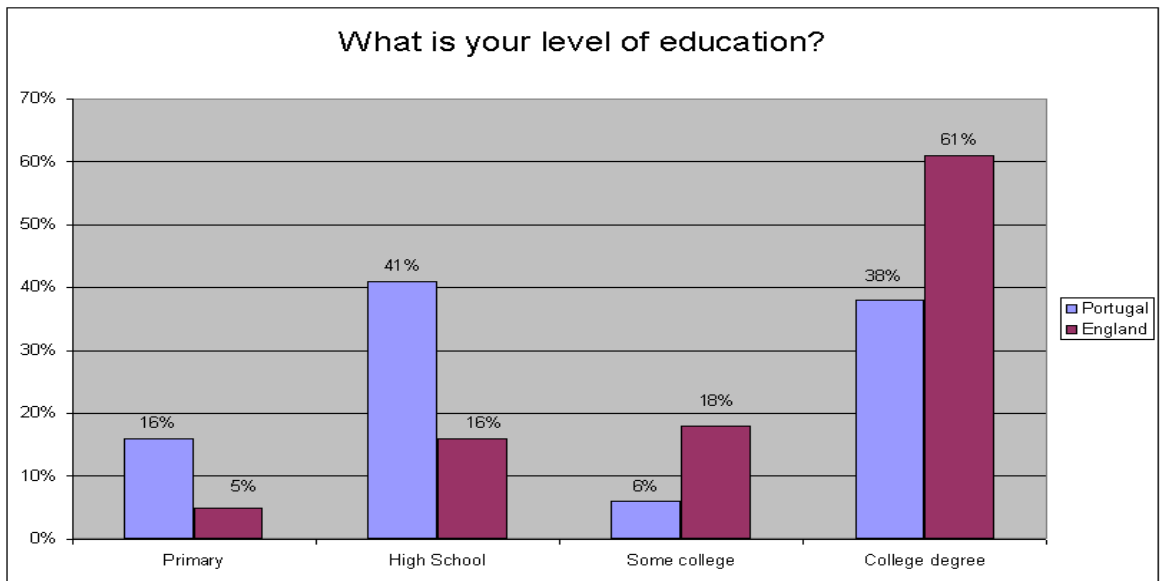
(gráfico 4) obs: média por ano. * Idem.



(gráfico 5) * Idem

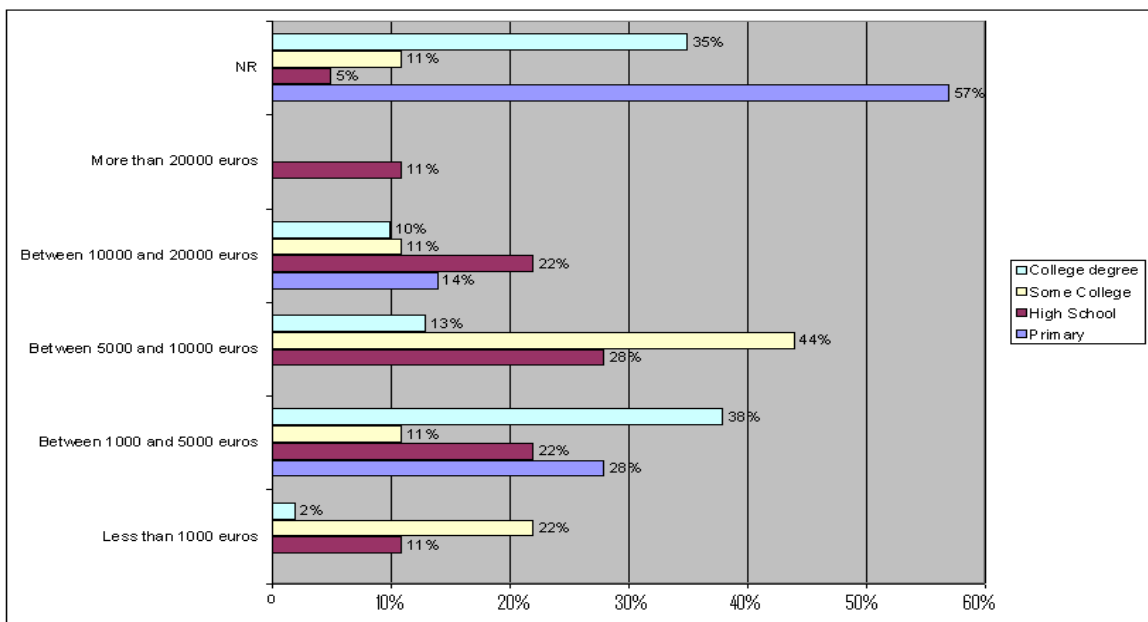


(gráfico 6) * Idem

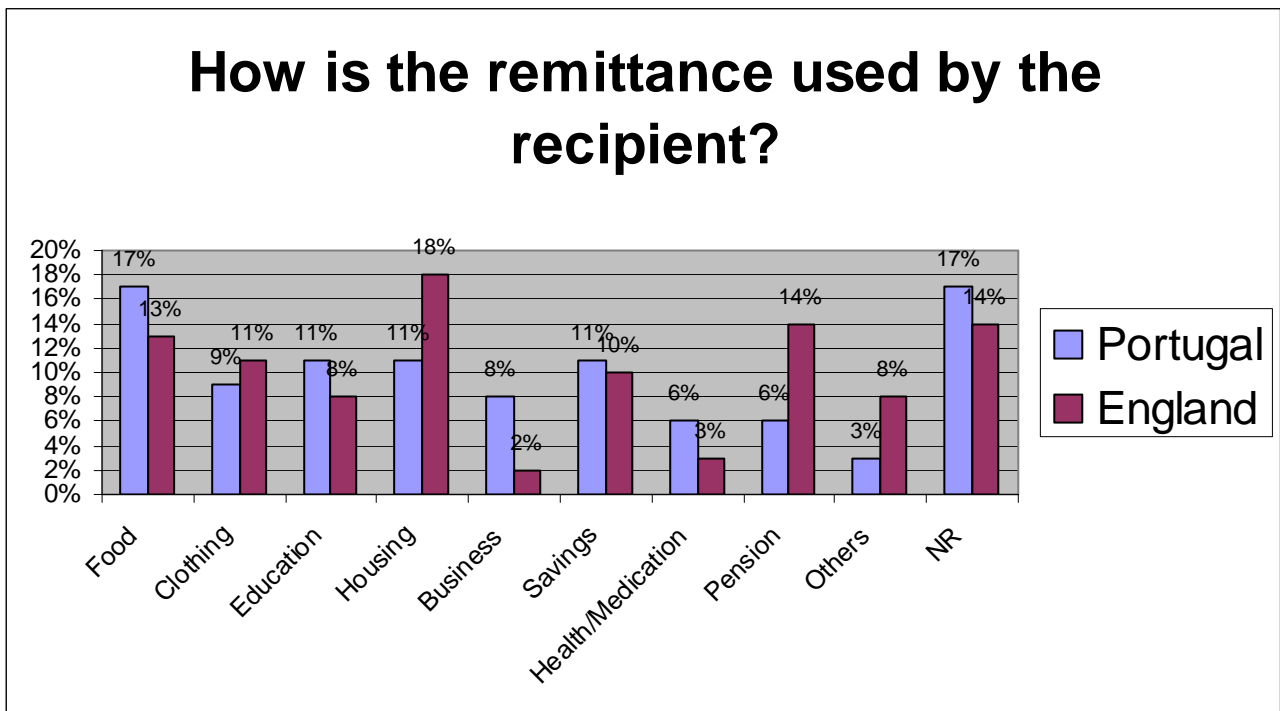


(gráfico 7) * Idem

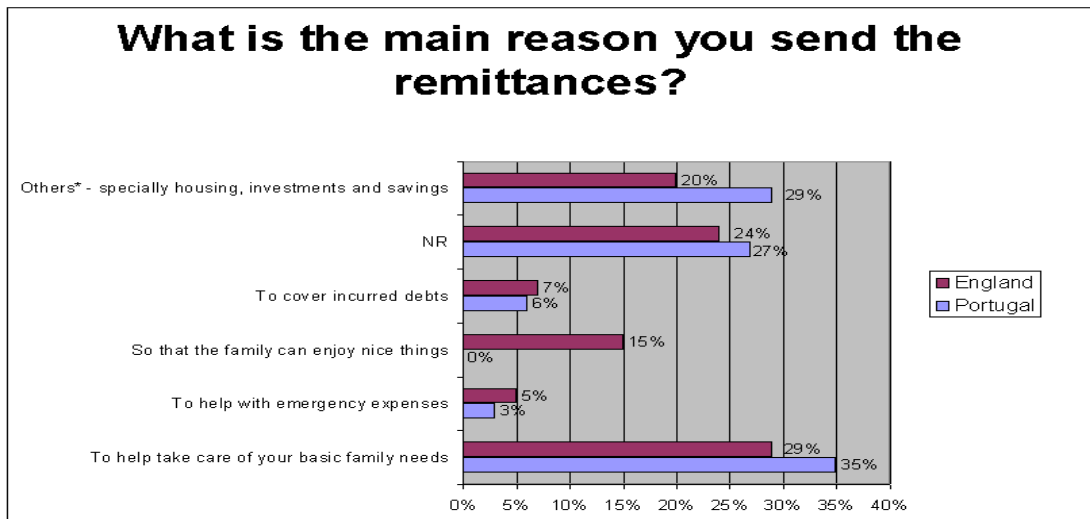
Relationship btw. level of education and value of remittances



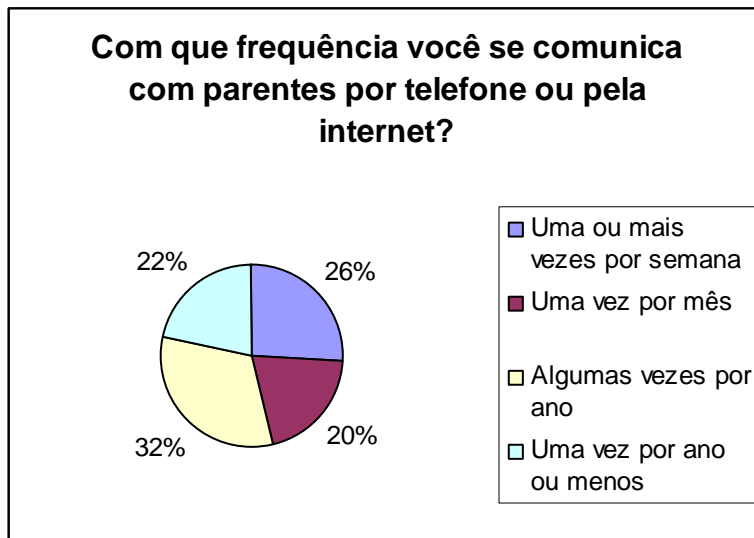
(gráfico 8) * Idem



(gráfico 9) * Idem

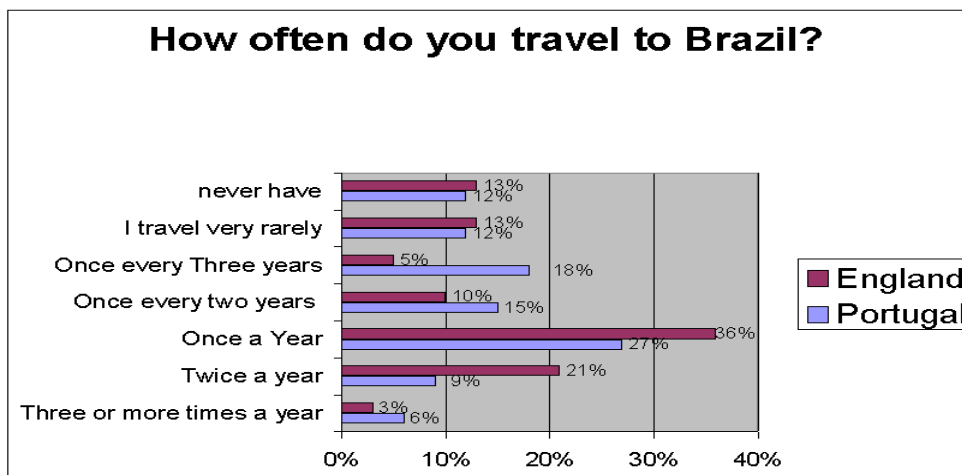


(gráfico 10).

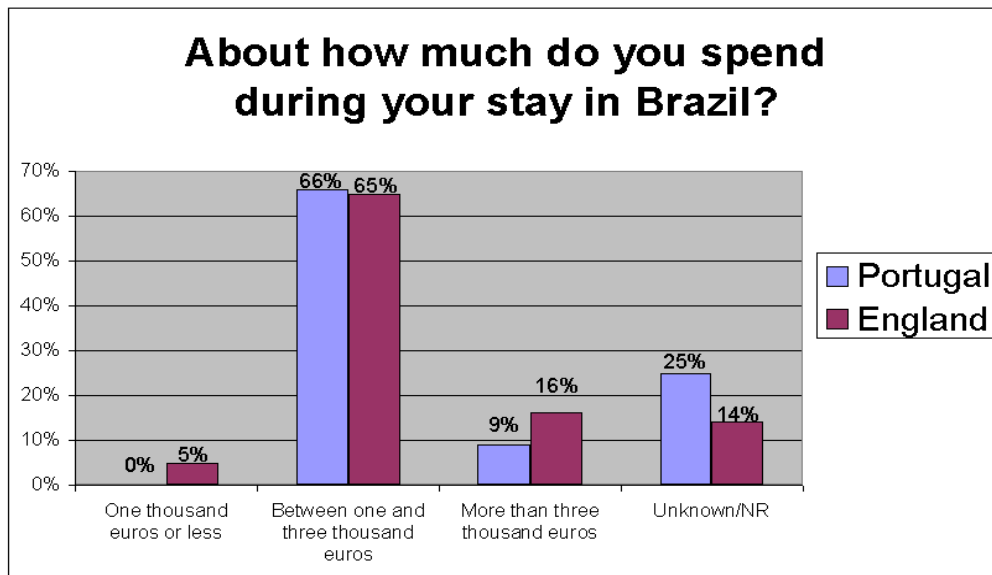


(Fonte: Estudo sobre os Destinatários de Remessas no Brasil. Bendenix & Associates, 2004).

(gráfico 11) * Este gráfico foi apresentado por meu orientador Charles P. Gomes, em: GOMES, C. P. **Remittances as a Tool for Economic Development**, paper presented at 10th Conference of the IASFM. Toronto, 07/2006.



(gráfico 12) * Idem



ANEXOS

O Banco Central registra no Balanço de Pagamentos, sob a rubrica Transferências unilaterais correntes, receitas nas quais estão incluídas as remessas de emigrantes, cifras que evoluíram de US\$ 2 bilhões, no período 1999-2001, para valores entre US\$ 3 bilhões e 3,5 bilhões, em 2003 e 2004. Contudo, as estimativas de ingresso de remessas, em 2003, situaram-se em US\$ 2 bilhões, sendo que, conforme dados estimados do Ministério das Relações Exteriores, o número de brasileiros residentes no exterior aumentou de 1,8 milhão, em 2003, para 1,9 milhão, em 2004. As diferenças entre os registros e as estimativas devem-se exatamente às transferências informais, devido ao alto custo das intermediações financeiras (que se situam, na média, entre 1% e 4%, podendo chegar a 8% do valor enviado) e às dificuldades dos emigrantes – especialmente os ilegais – no atendimento de exigências para terem o acesso ao sistema bancário do país onde residem. Com isso, ganham os intermediários financeiros e informais, e perdem os emigrantes e o nosso país.

De acordo com uma reportagem da *Folha de São Paulo* do dia 5 de setembro de 2005, a atuação de empresários como doleiros estava impedindo a entrada da Caixa Econômica Federal no mercado de remessas:

Há pouco mais de um ano, os doleiros investigados pela PF chegavam a cobrar dos imigrantes até 12% sobre o valor das remessas para fazer com que o dinheiro chegasse ao Brasil. A partir de junho do ano passado, a CEF entrou no mercado de forma legal cobrando 2,9%. Isso levou vários doleiros, segundo a PF, a baixar as tarifas a um patamar inferior ao da CEF. Em momentos de muita demanda por moeda para cobrir contas nos EUA, os doleiros chegam a fazer transações sem cobrar nada dos imigrantes só para poder ficar com os dólares.

A retórica de Vasques

Débora Magalhães Cunha Rodrigues (UFRJ/FCRB)

Orientador: Eduardo Silva

O trabalho desenvolvido por mim, no Setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa, foi orientado por Eduardo Silva, cuja experiência enriqueceu nosso convívio. No entanto, a pesquisa, em torno do tema “o teatro no movimento abolicionista”, não ficou centralizada na relação orientador/orientando: abarca todo o setor, criando um ambiente que privilegia a troca de experiências e idéias. Foi criado, então, um ciclo de reuniões que acontece uma vez por mês, chamado Papos Históricos. Esta idéia consiste na apresentação, por cada pesquisador, do projeto que está sendo desenvolvido no Setor de História, o que foi bastante útil para os bolsistas no que tange ao desenvolvimento de uma pesquisa própria a ser apresentada na Jornada de Iniciação Científica organizada pela FCRB.¹²

Cabe expor, no entanto, a importância dessa participação na Jornada de Iniciação Científica. Inúmeras idéias surgem ao longo da pesquisa, porém a necessidade de escolher uma entre tantas exige o amadurecimento de cada uma das idéias possíveis. Esta experiência é fundamental para entender o cuidado que nós, historiadores, devemos ter com a precisão do discurso acerca do que nos propomos a fazer. Deste modo, por estar iniciando minha participação na produção das Ciências Humanas, fico com a dúvida se consegui alcançar a precisão necessária. O que fica é a certeza de ter reconhecido durante a elaboração deste trabalho os obstáculos e os prazeres que a produção historiográfica pode proporcionar.

Algumas leituras indicadas foram de fundamental importância para a escolha do tema a ser desenvolvido: *As camélias do Leblon*, de Eduardo Silva, importante para entender o movimento abolicionista sob a ótica da festa feita em torno do sucesso de algumas libertações e também para entender a abolição como um processo mais do que como um fato. “O moderno, o nacional e o popular no teatro oitocentista: o ator Vasques” e “Martins Pena e a irrupção do capadócio na cena fluminense”, de Antônio Herculano Lopes, muito úteis para traçar um quadro geral do que foi o teatro fluminense no século XIX. Assim como o contato com o jornal *Gazeta da Tarde*, fonte importante para a pesquisa realizada junto a Eduardo

¹² Agradeço a todos do Setor de História da FCRB, pela colaboração direta ou indireta a este trabalho, em especial a Antônio Herculano Lopes, chefe do Setor, e a Eduardo Silva, meu orientador.

Silva, que serviu para mapear notícias e artigos de pessoas diretamente ligadas à escravidão e sobre elas.

Em meio a inúmeras possibilidades de trabalho, o ator Francisco Correia Vasques toma destaque na pesquisa realizada por diferenciar-se, em muitos aspectos, de intelectuais, políticos e pensadores, de maneira geral, do final do século XIX. O ator e autor de peças teatrais, conhecido por suas *Scenas Cômicas*, torna-se um personagem de extrema relevância para as intersecções entre a cultura letrada e a popular do Rio de Janeiro.

Francisco Correia Vasques ficou conhecido pelo seu gênero ligeiro, caracterizado como escritor de teatro realista. Nasce de família empobrecida, é bastardo, mestiço, tem uma infância difícil e interessa-se por teatro desde cedo. João Caetano torna-se uma espécie de mestre e o leva para participar de pequenos papéis em suas peças teatrais. Mesmo muito grato a seu mestre, porém, trilha caminhos diferentes, destaca-se por fazer brilhantemente a comédia em estilo que antes ainda não conhecíamos, seu olhar astuto diz muito sobre aquela sociedade escravista que alçava a modernidade.

Em um dos Papos Históricos, o texto A “nova” história cultural existe?, de Roger Chartier, foi proposto e discutido a fim de conseguir traçar uma linha de interdependência entre as pesquisas realizadas no Setor. Esse texto contribuiu em dois aspectos: primeiro, para entender a cultura popular não como algo independente da erudita ou com métodos próprios. As representações e “práticas culturais” são elementos negociáveis com as representações enraizadas e tradições partilhadas:

É pois inútil querer identificar a cultura, a religião ou a literatura ‘popular’ a partir de práticas, de crenças ou de textos que lhes seriam específicos. Uma tal constatação levou a considerar, globalmente, os mecanismos que levam à interiorização, pelos dominados, da sua própria inferioridade ou ilegalidade, e as lógicas graças às quais uma cultura dominada chega a preservar alguma parte da sua coerência simbólica. (CHARTIER, Roger)

A segunda contribuição desse texto serviu para pensar o Vasques como um ator social que através de seu discurso ocupa nas relações de dominação um espaço de livre criação, estabelecendo um elo entre a cultura popular e a erudita:

O objeto fundamental de uma história que visa reconhecer a maneira pela qual os atores sociais dão sentido às suas práticas e aos seus enunciados situa-se, portanto, na tensão entre, de um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, do outro, as restrições e as convenções que limitam – com mais ou menos força segundo as posições que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer. A constatação

vale para as obras eruditas e as criações estéticas, sempre inscritas nas heranças e nas referências que as tornam concebíveis, comunicáveis e compreensíveis. Vale, igualmente, para todas as práticas vulgares, disseminadas, silenciosas, que inventam o cotidiano. (CHARTIER)

A partir dessa reunião e do texto *Retoricidade: sobre o retorno modernista da retórica*, de David E. Wellbery, surgiram algumas questões relevantes. Pensei na tentativa de voltar o olhar para a linguagem das crônicas de Vasques, que, *aparentemente* muito irônicas e imbuídas de paródias dos discursos dos políticos, pareceu uma interessante chave para construir e analisar as possibilidades de outro tipo de linguagem retórica. Isto é, como o discurso político se diferencia do discurso ‘politizado’, ou em que medida acontece a diferenciação do discurso de um político e de um homem das artes.

Penso isto a partir da idéia de que a retórica moderna está em toda tentativa de discurso (Wellbery, 1998), mesmo quando está longe das tópicas retóricas proferidas em discursos que objetivam a persuasão e que através daquelas precisam montar sua oratória perfeita do ponto de vista estético. O artifício retórico pode muito bem ser lido como um elemento de genialidade em um jogo de palavras. E é neste ponto que podemos, ao observar as crônicas do Vasques, diferenciá-lo de um orador na tribuna.

Assim, aponto para a possibilidade de análise das crônicas de tal ator, publicadas ao longo de 1883 e 1884, no jornal *Gazeta da Tarde*. Porém, para concentrar melhor a questão da linguagem retórica de Vasques, optei por uma, do dia 5 de junho de 1884.¹³ O objetivo, portanto, é entender a construção do texto de Vasques, pois parece bastante peculiar a forma como o ator escreve sobre política, arte e cotidiano. Convergindo a análise no aspecto político de sua escrita, podemos partir de duas idéias: o Vasques como mediador, isto é, aquele que transita entre universos sociais diferentes (VELOSO, 2004); e como *flâneur*, por entender o caráter observador de Vasques ao perambular pelas ruas do Rio de Janeiro (VENEU, 1990).

Mônica Pimenta Veloso no livro *A cultura das ruas no Rio de Janeiro* trata da multiplicidade de linguagens como a expressão da cultura urbana e toma a complexa rede de representações simbólicas desse espaço como meio para a sua inteligibilidade. É, portanto, sob a luz dessa enunciação que podemos tomar a crônica de Vasques como produto dos espaços urbanos e do cotidiano. Considerando a força subjetiva que caracteriza as crônicas, de maneira geral, é possível encontrar na linguagem de Vasques aspectos peculiares de

¹³ Esta crônica encontra-se como anexo neste trabalho.

representar seu tempo e seu espaço. No trecho abaixo podemos perceber a familiaridade que tem com a política e a força de sua crítica:

Eu sou ator e não há nada mais parecido com a política do que o teatro. Os atores mudam de caras e de papéis da mesma forma que os políticos mudam de idéias e de opiniões. Representantes da nação e representantes do palco, eles têm contra-regra, ponto, avisador e até tabela para ordem do dia. Há bons e maus atores. O teatro político possui atores conscienciosos que sabem o seu papel e compenetrando-se do seu dever dão brilho real aos grandes lances! (ver anexo).

Portanto, dentro dessa perspectiva da sensibilidade do cronista, ao falar do cotidiano e de seu caráter participativo em diferentes espaços da cidade, Vasques dispõe da função de mediador. Essa característica é facilmente percebida nas leituras de suas crônicas, quando fala com bastante intimidade e inteligência de pessoas que circulavam na alta sociedade, assim como assegura um lugar de destaque a indivíduos cuja posição social não costumava permitir tamanha ousadia. Isso fica evidente quando evoca Offenbach, ilustre representante da comédia musical francesa, e quando narra uma pequena história de um sujeito que o incomodava ao lado do sobrado da *Gazeta da Tarde*, na mesma crônica. Sendo ou não mera invenção, o que importa na verdade é a maneira como escreve sobre o simples e o sofisticado: há sempre uma fagulha de ironia e perspicácia diante do comum, ou seja, daquilo que se vê todos os dias nos jornais.

Ainda dentro dessa perspectiva, podemos considerar como peculiar à linguagem de Vasques a influência de seu olhar *flâneur*. Quanto a isso penso a partir do texto de Marcos Veneu, *O flâneur e a vertigem – metrópole e subjetividade na obra de João do Rio*. O caráter observador do *flâneur* não está imbuído de alguma objetividade, ao contrário disso estaria vinculado a certa curiosidade perturbadora, que a princípio não compreende o que observa.

Na crônica analisada, assim como em outras que foram utilizadas para a pesquisa de Eduardo Silva, essa perturbação fica evidente ao repudiar o discurso político e sua problematização sem ao menos conseguir livrar-se dele. Quando tenta, aparentemente, a todo custo desviar-se dos problemas políticos e posteriormente retorna a eles, Vasques estabelece uma forte relação de seu caráter observador politizado com seu principal título, o de Homem das Artes. Portanto, podemos interpretar essa tensão, em seu produto final, como um artifício retórico. Escapa do discurso enfadonho dos políticos para algo mais dinâmico, que certamente seduziria o leitor. Ao tomarmos Vasques como *pensador*, fica claro o seu caráter politizado.

Sem nos esquecermos de que sua origem está no teatro, devemos analisar suas crônicas sem separarmos o autor de sua obra. Esse dado fica explícito quando muitas vezes nos pegamos imaginando uma cena com riqueza de detalhes na leitura das crônicas, pois é constante a saída estratégica de Vasques de um discurso político formal para a ilustração, com pequenas histórias, daquilo que diz (ver anexo). A visibilidade de seu texto toma formato preciso assim como descreve Ítalo Calvino no artigo Visibilidade:¹⁴

Podemos distinguir dois tipos de processos imaginativos: o que parte da palavra para chegar à imagem visiva e o que parte da imagem visiva para chegar à expressão verbal. O primeiro processo é o que ocorre normalmente na leitura: lemos por exemplo uma cena de romance ou a reportagem de um acontecimento num jornal, e conforme a maior ou menor eficácia do texto somos levados a ver a cena como se esta se desenrolasse diante de nossos olhos, se não toda a cena, pelo menos fragmentos e detalhes que emergem do indistinto. (Calvino, 1990, p. 99)

É nesse aspecto de sua escrita que a discussão permeia o âmbito da retórica, não no seu sentido clássico carregado de sofismas, mas no sentido moderno construído por David Wellbery. A *neo-retórica* tem como pressuposto que todo discurso é retórico, na medida em que sua construção objetiva um sentido a ser compreendido. No Iluminismo a *performance* retórica como instrumento da vida cívica fica restrita aos meios jurídicos e ocasiões formais, diferente da concepção clássica cuja perspectiva do privado e do público eram muito próximas (Wellbery, 1998, p. 15). Com o fim da retórica clássica, os discursos não-políticos passam a requerer a objetividade, a neutralidade e a ausência da persuasão como finalidade. O que a idéia de retórica moderna vem salientar é a possibilidade do retorno da retórica enquanto condição do discurso. A neutralidade e a objetividade do discurso são postas em cheque com o advento da cultura modernista.

Tomando como ponto comparativo a forma dos discursos políticos de deputados, nos Anais da Câmara dos Deputados, percebemos que a diferença está na maneira de persuadir. Não temos dúvidas que são documentos diferentes que visam objetivos e públicos diferentes. No entanto, o que pretendo é atentar para uma perspectiva interpretativa do texto de Vasques cujo entendimento adota suas metáforas como artificios retóricos que buscam provocar o riso e persuadir através dele.

¹⁴ Calvino, Ítalo. Visibilidade. *Seis propostas para o próximo milênio*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 97-114.

A persuasão nesse caso não conotaria somente o convencimento, mas também a indução à reflexão. Vasques estava comprometido com a política como observador e participante ativo na medida em que vinculava sua figura a conferências e benefícios a favor da abolição. Seu discurso, portanto, não estava fora desse caráter observador e participativo. As primeiras linhas da crônica analisada aqui se compõem somente de críticas à política imperial. A imprensa, no Brasil, já desfrutava de enorme liberdade para expor idéias e opiniões (SCHWARCZ, 1998) abusando das sátiras, paródias, da crítica através do humor de uma maneira geral. Vasques torna-se um ilustre representante desse estilo de crítica à política brasileira do século XIX:

Grande Combate Naval entre duas fortalezas escravocratas e duas jangadas abolicionistas!
Um Guarda Rural fardado e equipado para proteger a fortuna pública. (ver anexo)

Neste trecho percebemos sua habilidade criativa ao simular algumas peças teatrais com títulos bastante significativos. O “*Grande combate naval*” demonstra a grande diferença na luta entre abolicionistas e escravocratas, estes últimos providos de fortalezas dispõem enorme vantagem sob os abolicionistas com apenas duas jangadas. “*Um Guarda Rural*” indica ainda a predominância política rural sob a fortuna e a vida pública.

David Wellbery propõe como possibilidade retórica, no seu sentido moderno, o desmoroamento da objetividade científica e da neutralidade. Vasques, escrevendo na segunda metade do século XIX, já demonstrava indícios dessa nova possibilidade retórica uma vez que em seu texto não há neutralidade. A terminologia retoricidade (o autor prefere utilizar retoricidade como nova terminologia para designar a retórica moderna) serve à análise do texto do ator Vasques por caracterizar a universalidade da condição retórica, não estamos falando de um conjunto de práticas que viabilizam a comunicação formal ou simplesmente a persuasão. A retórica enquanto retoricidade é característica do modernismo, pois torna possível a análise de todo discurso do cotidiano.

As novas pesquisas científicas em torno da retórica entendem que é condição de nossa existência nos comunicar através da linguagem escrita ou falada, nesse sentido a maneira que construímos o discurso torna-se artifício da retórica. Por isso a necessidade de saber a quem se fala para organizar o discurso e assim ser compreendido. Vasques utilizou, intuitivamente ou não, a ironia como estratégia discursiva em meio a conflitos cuja solução não se encontrava somente no discurso. A solução prática desses conflitos, no entanto, estava sob a influência da política que no caso brasileiro, como aparece inúmeras vezes em suas *Cenas*

cômicas, era sinônimo de longas discussões. Estas envolvendo mais ataques pessoais de parlamentar a parlamentar do que alterações importantes à vida pública e privada da sociedade.

A linguagem de Francisco Corrêa Vasques encontra-se intimamente ligada à oralidade, sua origem teatral daria conta de explicar tal característica, no entanto sua peculiaridade perpassa o olhar argucioso diante das experiências vividas e observadas. Walter Benjamin, no texto “O narrador”, aponta para a crise que o século XX proporcionou aos escritores (BENJAMIN, 1936). A dificuldade de narrar está diretamente ligada à fragilidade das experiências. Se isto tem alguma veracidade não cabe dizer aqui, o que me chama a atenção é a idéia de relacionar o campo das experiências à faculdade de narrar. O texto de Vasques tem a capacidade de fazer rir através das paródias e metáforas imbuídas de densas críticas à política de seu tempo, sempre caracterizadas por uma narrativa que faz referência explícita a experiências vividas ou observadas do cotidiano.

Para Foucault, a linguagem, a partir do século XIX, tem como fundamento a historicidade, arraigada a uma coerência própria, isto é, vinculada a um tempo (Foucault, 1999). Sendo assim, o discurso torna-se fonte de interpretação desse tempo. A linguagem de Vasques está para além de seu texto, sua enunciação possui silêncios que estão repletos de significados. As paradas repentinas de seu discurso politizado e envolvente, para narrar historietas que a princípio parecem não indicar ligação alguma com o que estava sendo dito, expressam sua postura diferenciada ao falar de política. Os argumentos não são falados explicitamente, mas apresentam substância crítica e precisão. O ato de falar que não se envolve com a política e que não lhe seria dificultoso entrar por esse assunto, se assim quisesse, aponta para uma realidade desejada pelo autor, a de não se colocar como um político. Esse artifício retórico é a sua condição de possibilidade ao elaborar um discurso de caráter político que se diferenciaria do discurso de um parlamentar cuja base está nos “interesses de bairro, colocação de parentes, ambição de poder e sobretudo grande vaidade de molhar a palavra no Paraty nacional.” (anexo).

Sua retórica está longe de ser análoga a dos políticos numa tribuna. As fugas, as metáforas, as comparações da vida cotidiana com as atividades que envolvem o teatro são elementos característicos de uma retórica que tem como pressuposto a interpretação do leitor e a sua capacidade de percepção crítica da realidade. Desse modo tentei analisar as crônicas do ator Vasques utilizando como parâmetro somente uma, a fim de ilustrar minha fala. Porém não tenho a pretensão de exaurir esse assunto aqui, a obra do autor é bastante rica e seria inútil tentar esgotá-la com apenas uma crônica em um trabalho de algumas páginas.

ANEXO

Crônica: *Gazeta da Tarde*, 05 de junho de 1884. P. 1-2.

“Scenas Cômicas”

Temos barulho no beco.

Mudança de Ministério

Dissolução da Câmara

Mudança de situação

Os liberais continuam! Sobem os conservadores!...

Não se sabe ao certo.

Esta é a história de todos os dias, ontem foi assim, hoje também e amanhã será a mesma cousa.

Interesses de bairro, colocação de parentes, ambição de poder e sobretudo grande vaidade de molhar a palavra no parati nacional.

Ora, aqui está no em se resume a grande política desta minha terra.

Dissolvem-se as câmaras, mudam-se os ministérios, as situações sucedem-se, e é sempre a mesma dança, os mesmos bailarinos, as mesmas cambalhotas e a mesma cantiga.

O carro do Estado tem sempre atrás da sua marcha quem esteja à espera da *traseira* governamental, vai nisso a felicidade do povo que lhe dá o impulso à espera de ver a sua sorte melhorada. Os que estão no poleiro riem-se dos que querem galgar, até o dia em que descendo aos trambolhões servem também de risota para os outros.

A pândega é geral. O Artur Azevedo podia escrever um libreto em três atos. O assunto dá para uma ópera cômica de primeira ordem, é pena que Offenbach já não exista.

O leitor deve estar assombrado com esta minha linguagem. Não se assuste, eu não sou homem político, acompanho e observo.

Agora, então, que mudei-me para o sobrado da *Gazeta da Tarde*, vejo as cousas de mais alto; o culpado é o proprietário cá de casa que precisou das lojas para o *Pedro Espanhol* e arranjou-me este lugar na sacada da frente, que lhe faça bom proveito.

No lugar que ocupo a vista é boa, assim não tivesse eu por vizinho um idiota cuja mania é fazer da quinta um pátio de bichos; há principalmente no meio deles um ganso, que eu duvido que haja criatura humana que o possa aturar! Ora, o animal é dócil, já dá pelo nome, mas quando estende o pescoço e começa a grasnar é de fugir duzentas léguas.

Um dia avistei da janela o vizinho dar de comer a toda a bicharada e gritei cá de cima:

— Oh! Vizinho então você não tem mais o que fazer?

— Meu amigo, respondeu ele, a época é de patos, marrecos e perus, quero ver se arranjo um museu de fábulas vivas. Devo fazer com isso um grande negócio.

— Oh! Homem de Deus, pois não era melhor criar papagaios e ensiná-los a falar?

— Comem muito milho e estragam-me as gaiolas. Demais o papagaio sempre é bicho que a gente dá a mão para ele dar o pé, mordendo muitas vezes o dedo que o sustenta! Nada, meu amigo, fora com os papagaios.

Eu não sei se o homem tem razão, o que é certo, é que nunca mais lhe falei em tal, não gosto de barulhos na vizinhança.

Já que falei em papagaios, não posso deixar de lembrar-me dos de papelão que no tempo de menino, em companhia de seis camaradas íamos empinar no morro do Castelo.

Aquilo era uma delícia! Os nossos sete papagaios subiam até as mais altas regiões em volta do grande *mastode signaes*, ali gozávamos o nosso triunfo, até o dia em que apareciam outros meninos trazendo papagaios de maior grandeza e de cauda muito mais comprida. Corridos e envergonhados fugíamos para casa, até conseguirmos arranjar outros de maior estatura cujas caudas chegassem à altura de um princípio! Aquilo era grude e papelão a três de fundo. Quando a obra estava acabada, saíamos a correr de casa seguros de vitória. Tínhamos um companheiro que não se incomodava muito com isso, era o verdadeiro tipo de pachorra, às vezes quando eu lhe perguntava:

— Então Juca, vencemos hoje os outros papagaios?

Ele respondia friamente:

— Pode ser que sim, pode ser que não.

O leitor agora já deve estar mais tranqüilo, vê perfeitamente que eu fujo da política a sete pés.

Não tenho necessidade de envolver-me em semelhante judiaria!

Realmente os políticos desta terra são todos uns judeus de quatro costados.

A missa do Espírito Santo não foi concorrida, as novenas do mesmo na Lapa também não, eu pelo menos não vi lá nenhum daqueles que têm obrigação de se inspirar nessa pessoa da Santíssima Trindade. Creio que preferiram adorar o espírito santo de orelha, ou então guardam-se para o grande fogo de artifício que deve queimar-se por todo este mês.

O fogueteiro é meu amigo e aqui vai a descrição que ele faz das peças principais.

Grande Combate Naval entre duas fortalezas escravocratas e duas jangadas abolicionistas! /*Um Guarda Rural* fardado e equipado para proteger a fortuna pública. /*Dois leitores de telegramas* que a seu tempo fazem explosão. /*Os fregueses do 28* grande peça real, representa uma lâmpada de cujo seio sai uma pequena luz livre que vai logo de encontro a

uma roda, fazendo cair dos bicos da mesma lâmpada lágrimas de todas as cores! /*Serra madeira*, grande trabalho cômico em que um boneco serra de cima e outro de baixo.

O fogo terminará com a aparição do sol, o rei dos astros, cuja luz batendo em cheio sobre a cabeça de sete janotas vestidos à inglesa fará visível as suas competentes pastas.

O meu amigo fogueteiro ficar-me-á agradecido por este reclamo. Não tem de que os devotos do Espírito Santo que me agradeçam.

Continuo no meu propósito, leitor, nada de política. Se eu quisesse entrar por ela adentro, não me seria muito dificultoso.

Eu sou ator e não há nada mais parecido com a política do que o teatro. Os atores mudam de caras e de papéis da mesma forma que os políticos mudam de idéias e de opiniões. Representantes da nação e representantes do palco, eles têm contra-regra, ponto, avisador e até tabela para ordem do dia. Há bons e maus atores. O teatro político possui atores conscienciosos que sabem o seu papel e compenetrando-se do seu dever dão brilho real aos grandes lances!

Mas há também muitos que não passam de pano de fundo e só servem para dizer – o orçamento, quero dizer, o almoço está na mesa.

(...)

Até quinta-feira.

Rio, 5 de junho de 1884.

F. C. Vasques.”

PRINCIPAIS FONTES BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAIS:

ANAIS da Câmara dos Deputados, 1880.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. 1ª ed. Tradução: Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. A nova história cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano, VELLOSO, Mônica Pimenta e PESAVENTO, Sandra Jathay (Org). *História e linguagens*. Texto, imagem, oralidades e representações. Rio de Janeiro, 7 Letras; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006.

FERREIRA, Procópio. *O ator Vasques*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1979. Coleção Memórias.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção Tópicos).

GAZETA da Tarde, 1883/1884.

LOPES, Antônio Herculano. *Martins Pena e a irrupção do capadócio na cena fluminense*.

_____. *O moderno, o nacional e o popular no teatro oitocentista: o ator Vasquez*.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

VELOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaços*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. (Coleção FCRB, Série Estudos; 1).

VENEU, Marcos Guedes. *O flâneur e a vertigem: metrópole e subjetividade na obra de João do Rio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. Vol.. 3, n-6, 1990, p. 229-243.

WELLBERY, David E. *Neo-retórica e desconstrução*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

“A língua é minha pátria”: representações da identidade nacional no Império do Brasil¹⁵

Eduardo de Barros Roels (PUC-Rio/FCRB/CNPq)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

No século XIX, momento de formação e consolidação dos Estados nacionais, ganhou forma a idéia de que a pátria é, entre outras coisas, a língua que falamos. No século das nações, foram bastante comuns as tentativas de aproximar a identidade da língua da própria identidade nacional, definida, em boa parte, por ela. Da mesma maneira, na experiência brasileira, por ocasião da construção do Império do Brasil, a língua foi pensada como alguma coisa que definia e fundava a identidade daquela nação que havia se emancipado da sua antiga metrópole. Nos artigos e discussões sobre a língua publicados nesse momento percebemos uma oscilação entre a valorização da herança portuguesa e da influência americana, omitindo e desconsiderando qualquer contribuição que estivesse em desacordo com a introdução do país no movimento que o impelia a um futuro no meio das grandes nações civilizadas. Por um lado, os debates sobre a identidade nacional eram orientados pelo desejo do ingresso daquela jovem nação no concerto das nações civilizadas e, por outro, vestiam-se com as cores locais, afirmando a sua independência em relação à antiga metrópole.

A colonização portuguesa na América foi caracterizada desde o início, entre outras coisas, pela imposição da sua língua aos nativos. Além de impor a língua portuguesa, o colonizador também precisou aprender as línguas desconhecidas dos nativos para melhor domesticá-los, inventando, a partir das suas necessidades, a língua geral ou tupi jesuítico. Apesar das inúmeras leis e ordens anteriormente emitidas pela Coroa portuguesa, foi apenas a partir do *Diretório dos índios* do Marquês de Pombal que a língua portuguesa foi de fato institucionalizada na colônia, garantindo o monopólio da “Língua do Príncipe” e interditando o uso da língua geral. Para lembrar Fernando Pessoa, são “malhas que o Império tece”. O Diretório de 1758 deveria substituir a política lingüística dos jesuítas por uma política

¹⁵ Esta pesquisa faz parte do projeto *Entre o tupi e a “geringonça luso-africana”, eis a língua brasileira: sentidos de mestiçagem e identidade nacional no Império*, desenvolvido no Setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa por Ivana Stolze Lima, para o qual colaborei entre agosto de 2005 e julho de 2006. Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer a Ivana pelo incentivo e por seus comentários, sempre pertinentes, sem os quais este texto não teria sido possível. As falhas são, naturalmente, de minha responsabilidade.

lingüística do Estado português, tornando oficialmente obrigatórios o ensino e o uso da língua portuguesa na colônia, conforme o parágrafo sexto, segundo o qual

será um dos principais cuidados dos Diretores estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum que os Meninos e Meninas que pertencem às Escolas e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria de suas Nações ou da chamada geral, mas unicamente da Portuguesa, na forma que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual e Temporal do Estado.¹⁶

Até Pombal, predominou em várias regiões da colônia o uso da língua geral, sobretudo em São Paulo e nas capitanias do Maranhão e Grão-Pará, áreas de grande penetração jesuítica e núcleos da expansão da língua geral. Segundo Luiz Carlos Villalta, a língua portuguesa dominava as regiões de maior vínculo com os interesses mercantilistas, como o litoral nordestino e do sudeste e as áreas mineradoras.¹⁷ O Diretório vigorou durante aproximadamente quarenta anos, sendo abolido em 12 de maio de 1798.

Na assembléia constituinte de 1823, numa época em que os nomes próprios se modificavam como “reação aos onomásticos portugueses”, nenhum dos seus deputados, nem mesmo aqueles que adotavam nomes indígenas, se rebelou contra o uso da língua portuguesa, ou julgou conveniente mudar-lhe o título.¹⁸ A língua nacional foi inscrita num universo simbólico que não era outro senão aquele previamente construído pelo colonizador, ligando o presente ao passado, afinal a língua portuguesa era a língua praticada e consolidada. Na sessão de 27 de agosto, Carvalho e Melo defendia a fundação de uma universidade na corte, observando que na corte “há mais pureza na linguagem” e “mais polidas são as maneiras dos habitantes, o que tudo influi para o progresso de uma mais civilizada instrução”.¹⁹ Os deputados não só não se opuseram ao uso da língua portuguesa como também defenderam o bom uso da língua a partir de referências a autores clássicos e latinos, o que significava a opulência da nova nação herdeira da língua portuguesa.

Na sessão do dia seguinte, Silva Lisboa também defendia a localização da universidade na corte, pois é nela que se conserva “a pureza e pronúncia da língua portuguesa,

¹⁶ *Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, p. 4.

¹⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”.

¹⁸ LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. p. 64-65.

¹⁹ *Anais da Assembléia Constituinte*, sessão de 27 de agosto, t. IV. p. 166.

que, segundo diz Camões, *com pouca corrupção crê que é latina*”.²⁰ O deputado se referia à trigésima terceira estrofe do primeiro canto de *Os lusíadas*, de Camões, chamando a atenção para a nobreza da língua portuguesa e sua filiação latina, como se a língua fosse um patrimônio clássico e o português um legítimo descendente da civilização. Esse legado latino mencionado pelo deputado estendia-se àquela nação recém-independente que herdara da sua ex-metrópole a língua lusitana, pois o Brasil deveria ser apresentado ao mundo como o filho mais novo da civilização nos trópicos e detentor daquele patrimônio fundamental: a língua portuguesa. No canto citado, Camões apresenta o Olimpo, onde os deuses pagãos haviam se reunido em concílio para decidir sobre “as coisas futuras do Oriente”. Júpiter enaltecia os portugueses, que enfrentavam perigos nunca vistos por nenhum povo e chegavam a terras nunca conquistadas. Baco duvidava da força dos navegadores, opondo-se a ele Vênus, favorável aos portugueses.

Para Silva Lisboa sempre em todas as nações se falou melhor o idioma nacional nas cortes, enquanto nas províncias havia dialetos, com seus particulares defeitos. Para o deputado, a pronúncia do idioma português herdado da metrópole na corte era a mais correta, servindo como um padrão para as demais províncias daquele país recém-emancipado, opondo o “idioma” da corte ao “dialeto” das províncias. Embora o dialeto de São Paulo fosse reconhecido como o mais notável, a mocidade do Brasil, fazendo lá os seus estudos, contrairia “pronúncia mui desagradável”. Havia certamente uma tensão entre a corte, que definia e impunha um padrão nacional, e as províncias e seus particularismos. Com efeito, os dois deputados reconheciam ser o Rio de Janeiro o lugar onde a pronúncia da língua era a mais polida e a mais pura. Do discurso do futuro visconde de Cairu, Celso Cunha concluiu que nesse tempo era pacífica a idéia de ser o português o idioma nacional.²¹ O português, como língua oficial do Estado português, empregada e documentada por aqueles que estavam ligados à administração da colônia, tornava-se a língua da nação brasileira, isto é, a língua do antigo colonizador se tornava a língua nacional. De fato, a história da língua no Brasil é a história da consolidação da língua portuguesa.

De acordo com Celso Cunha, o discurso de Silva Lisboa na Assembléia sobre a pureza do idioma na corte refletia a tradição secular do ensino do idioma por professores portugueses. Numa exposição de 5 de abril de 1851, Justiniano José da Rocha, citado pelo mesmo autor, afirmava que “é doloroso ver ainda nos melhores colégios, que o estudo das

²⁰ *Anais da Assembléia Constituinte*, sessão de 28 de agosto, t. IV. p. 178.

²¹ CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*, p. 90.

línguas estrangeiras (francesa e inglesa) merecia mais cuidado do que o da língua e da literatura nacional”²², defendendo, dessa maneira, uma instrução que estivesse toda voltada para as coisas da pátria. J. B. Calógeras, num artigo escrito em 1859 sobre instrução, também dizia que, em sua opinião, o estudo consciencioso “da língua nacional deve preceder qualquer outro”;²³ e como a sua etimologia e sintaxe teriam raízes profundas na língua latina parecia-lhe igualmente necessário o estudo dessa língua antiga.

Em 1826, se formulava a questão da língua nacional no Parlamento brasileiro. Nesse ano, o deputado José Clemente Pereira apresentava uma emenda no Parlamento do Império brasileiro, propondo que os diplomas dos médicos-cirurgiões fossem redigidos “em linguagem brasileira, que é a mais própria”.²⁴ No ano seguinte, travaram-se polêmicas no Parlamento em torno do ensino da língua e da gramática. Delas resultou uma lei, datada de 15 de outubro de 1827, que mandava criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Era a primeira vez que aparecia a expressão “língua nacional” num texto legal ²⁵. De acordo com o sexto artigo da lei, entre outras coisas, os professores deveriam ensinar a “gramática da língua nacional”²⁶, pois, para esses homens, a ignorância a respeito das coisas da pátria era a pior de todas as ignorâncias. Importava superar as limitações das falas regionais e difundir a língua nacional a partir da instrução pública, pelo menos entre aquele grupo bastante limitado de homens livres.

No momento de consolidação do Império do Brasil, inaugurado pelo período regencial, compreendido entre 1831 e 1840, os homens julgavam ter completado a sua emancipação da tutela metropolitana. Em 1832, Luís Maria da Silva Pinto publicava em Ouro Preto o *Dicionário da língua brasileira*, um “dicionário portátil” que pudesse ser amplamente difundido entre os cidadãos, auxiliando os leitores no aprendizado do significado das palavras mais comuns. Esse nome para a língua praticada no Brasil ainda era tão frágil que no prefácio do dicionário o autor precisou fazer a ressalva de que por língua brasileira entendia aquele “compreensivo de palavras e frases entre nós geralmente adotadas e não somente aquelas que

²² Justiniano José da Rocha. *Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária e dos colégios e escolas particulares da capital do Império*, 5 de abril de 1851. Citado por CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*, p. 91.

²³ *Revista popular*, ano 1º, 1: janeiro-março de 1859, p. 98.

²⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro*, 22 de junho de 1826, p. 264.

²⁵ DIAS, Luiz Francisco. O nome da Língua no Brasil: uma questão polêmica.

²⁶ *Legislação brasileira ou coleção cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de consulta, provisões, etc., etc., do Império do Brasil, desde o ano de 1808 até 1831*, p. 101-102.

proferiam os índios, como se presumira”.²⁷ O termo “língua brasileira” não se referia à língua guarani ou à língua brasílica, mas à língua praticada (falada ou escrita) no território brasileiro. A língua brasileira, com efeito, não se opunha à língua portuguesa, mas à língua indígena. O prólogo também qualificava o dicionário como expressão e instrumento pátrio, como tentativa de afirmar um dos aspectos essenciais da identidade nacional, a saber, a sua língua. Durante o período regencial, a idéia de pátria já dominava tudo, tudo se fazia por ela ou em seu nome, inclusive alterar o nome da língua.

Por ocasião do Segundo Reinado, os filhos daqueles pais fundadores, que lhes legaram a independência política, deveriam dar continuidade àquela emancipação, afirmando uma outra independência: a independência intelectual. Nesse momento, privilegamos a revista *Minerva brasiliense* (1843-45) e a *Revista popular* (1859-62), selecionando os artigos a partir da sua relação com a questão da língua, que apareceu em boa parte relacionada com as discussões em torno da ‘instrução’ e da possibilidade de uma literatura nacional. Essas revistas contaram com a contribuição de boa parte dos escritores românticos, que definiram o seu espírito e deram *forma* àquela nação soberana e independente. As primeiras manifestações daquela emancipação simbólica foram muito marcadas pelo desejo de que império do Brasil deveria ocupar um distinto lugar entre as nações civilizadas da Europa, construindo um país que estivesse na marcha do progresso em direção à ilustração. O tempo da nação, com efeito, é o próprio “plasma” em que se engastam essas manifestações e o “lugar de sua inteligibilidade”.²⁸

Coube ao romantismo fixar e cristalizar imagens de uma nação integrada e homogênea, submetendo as nações à grande Nação “una e indivisa” que combatia e domesticava as forças centrífugas que estivessem em desacordo com as propostas imperiais do Brasil. Para o imaginário romântico, à sociedade colonial deveria suceder naturalmente uma sociedade nacional. Importava “abrir a cortina do passado, tirar um Brasil-nação de lá: esta a tarefa indiscutível do escritor romântico”²⁹ e contrapor à sucessão de rebeliões provinciais do período regencial e do Segundo Reinado a imagem de um território indiviso e singular. De acordo com a imagem que os dirigentes imperiais faziam sobre o seu próprio tempo, esse momento caracterizava-se pelo triunfo da civilização sobre a “anarquia”, isto é,

²⁷ PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Prólogo.

²⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. p. 55.

²⁹ SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. p. 454.

sobre as revoltas provinciais do período regencial e sobre as ameaças de fragmentação. Como Cândido Neves, personagem do conto *Pai contra mãe*, de Machado de Assis, tratava-se de pôr “ordem à desordem”. Todas as diferenças dissipar-se-iam em favor de uma unidade, cuja forma política se manifestava por excelência no Estado monárquico. A monarquia era o símbolo de integridade e união, e portanto de força e de grandeza, “que tem no trono constitucional a arca de sua salvação no meio do dilúvio das dissensões demagógicas que submergem as instituições democráticas das jovens repúblicas americanas”³⁰.

Num artigo publicado na *Minerva Brasiliense* em 1843, intitulado *Da nacionalidade da literatura brasileira*, Santiago Nunes Ribeiro afirmava a existência de uma literatura própria e nacional, embora fosse escrita na língua lusitana. Para o autor, a literatura não se definia pela língua, mas pelas crenças, costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens que se encontram em certas e determinadas relações específicas e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua. O espírito do novo mundo deveria modificar as obras nele escritas naquela língua da velha Europa, legitimando, dessa maneira, a existência de uma literatura brasileira. Para Santiago Nunes, “a língua portuguesa tem duas literaturas – a lusitana e a brasileira”³¹. Sua idéia básica é que a literatura brasileira tem seus predicamentos peculiares e que se distingue da portuguesa por alguns traços característicos, definidos pelas condições e relações particulares estabelecidas no Brasil. A literatura produzida no Brasil, com efeito, teria sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber; numa palavra, seria dotada de um caráter nacional.

Se Santiago Nunes Ribeiro entendia que a literatura deveria ser definida pelo espírito do povo, pelos costumes e hábitos peculiares a ele, para José da Gama e Castro, ao contrário, “a literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua”³², ou seja, a literatura brasileira seria uma entidade que não só não teria existência real, mas que até não poderia ter existência possível. A literatura não mudaria de nome com a dependência ou independência dos povos a que ela se refere. De acordo com Gama e Castro, se assim fosse, se algum dia a Inglaterra estivesse sujeita à França, acabada ficaria por isso a existência da literatura inglesa. Da mesma maneira, para Álvares de Azevedo, seria melhor figurarmos ao lado de um Camões, dentro do mesmo complexo literário, a perdermos para sempre nomes assim, em troca de alguns “autores medíocres”, pelo gosto de intitularmos brasileira uma literatura que

³⁰ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Literatura brasileira e outros ensaios*. p. 51-52.

³¹ *Ibid.* p. 11.

³² *Jornal do Comércio*, 29 de janeiro de 1842.

tem por trás de si séculos de história: “segundo nosso humilde parecer, sem língua à parte não há literatura à parte”.³³

Ainda na *Minerva Brasiliense*, Luís Antônio Burgain publicou um artigo em agosto de 1845 sobre o emprego do pronome ‘vós’. De acordo com o autor, se em todas as circunstâncias da vida real sempre empregamos a terceira pessoa do singular, dizendo, por exemplo, *o senhor ofendeu-me, o senhor é um insolente*, por que motivo, na cena e nas novelas, se há de empregar a segunda pessoa do plural, dizendo, por exemplo, *Vós me ofendestes; sois um insolente?* A segunda pessoa do plural já estaria sendo banida, se não do seu uso na cena e nas novelas, ao menos do uso geral. Para Burgain, o uso da segunda pessoa do plural não estaria apenas em desacordo com a linguagem falada e comum, mas seria também um galicismo: “o pronome parece afrancesado, e tem o enorme inconveniente de ser contra o uso geral”.³⁴ Embora o uso da segunda pessoa parecesse mais nobre e mais energético, o autor optou pelo uso da língua viva, pronunciada no cotidiano. Tratava-se de uma luta dos intelectuais e escritores românticos contra o que se convencionou chamar de purismo lingüístico. Segundo o autor, o uso da terceira pessoa, ou seja, aquele que correspondia à língua viva, seria mais natural, teria muita graça nos assuntos familiares, uma graça que “provém de que nos faz ouvir na cena a mesma linguagem que ouvidos e falamos em nossa casa”.³⁵ Dessa maneira, o autor afirmava que a linguagem viva e geral poderia ser a mesma que aquela usada nas cenas e nas novelas, embora o uso da segunda pessoa fosse mais puro e mais elegante.

Na *Revista Popular*, um literato, sob o pseudônimo de Um Brasiliense, publicou um artigo sobre a impropriedade de algumas de nossas denominações. Nele, o autor criticava o termo latino “fluminense”, como uma denominação dos naturais do Rio de Janeiro, por ser uma tradução e não uma derivação de Rio de Janeiro. Ele acusava o termo de ser impróprio e pela falta de etimologia, na medida em que não traduzia o derivado composto Rio de Janeiro. O mesmo acontecia com a denominação “brasileiro” que, de acordo com Vanhagen, só caberia àqueles que se ocupam no tráfico do pau-brasil. Para o autor do artigo, “óbvia seria a razão de todas essas mudanças para quem sabe o português”. O uso e os costumes das denominações não os justificariam: “esta razão só é boa para justificar os erros populares”. Nenhum argumento derivado do hábito teria validade, sujeitando-os a reformas e correções

³³ AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de. “Literatura e Civilização em Portugal”. p. 183-184.

³⁴ *Minerva brasiliense*, n. 1, volume 1, 2ª série: agosto de 1845, p. 176.

³⁵ *Ibid.*

conforme o bom uso da língua portuguesa. Assim, “não haverá inconveniente algum se falarmos a nossa língua com exatidão, propriedade e pureza”³⁶.

Na mesma revista, Joaquim Norberto de Sousa Silva publicou de maneira assistemática, entre 1859 e 1862, os capítulos da sua *História da literatura brasileira*. Nos artigos, como Santiago Nunes Ribeiro, o autor defendia a independência da literatura brasileira e refutava aqueles que a negavam por pertencerem as produções dos autores brasileiros a Portugal. De acordo com o argumento de Joaquim Norberto, a nacionalidade da literatura de qualquer povo demonstra-se como expressão de sua inteligência, segundo os seus usos e costumes. Negar essa nacionalidade por haver outro povo que falasse a mesma língua seria condená-lo à condição de escravo mesmo depois de ter conquistado a sua independência política. A despeito dos vínculos que uniam os países e de serem escritos na mesma língua, os escritos de uma nação deveriam ser considerados em separado em função daquele “gênio” particular que servia de fundamento para as literaturas nacionais. Embora conservassem de suas antigas metrópoles a religião e a língua, essa identidade não poderia pôr em dúvida a nacionalidade da literatura brasileira, pois as literaturas não representam ou simbolizam a língua, mas as expressam, como “a voz da inteligência de qualquer povo, o testemunho de suas inspirações, o espelho de suas tendências”.³⁷

Para Joaquim Norberto, os brasileiros, herdeiros da língua portuguesa, não só conservaram o legado dos portugueses, como enriqueceram-no abundantemente, e o seu clima, modificando-o um tanto, “deu-lhe essa doçura com que tão harmonioso e elegante se ostenta nos lábios americanos”.³⁸ A língua portuguesa teria se tornado mais suave e mais doce sob “o céu fulgurante dos trópicos”,³⁹ rodeada de novas inspirações e composta por novos vocábulos próprios do Brasil. Tratava-se, novamente, de uma luta de intelectuais e escritores românticos contra o purismo lingüístico. Embora os povos americanos tenham recebido a língua assim como receberam a religião de suas metrópoles, o autor não via obstáculo ou impropriedade alguma em chamar a língua que falamos de brasileira. De acordo com Joaquim Norberto, tomar-se-á sempre, não há dúvida, por língua portuguesa, mas modificada em sua índole pela influência do clima e caráter dos nacionais, e enriquecida “pela introdução de

³⁶ *Revista popular*, ano 2º, 5: janeiro-março de 1860, p. 59-60.

³⁷ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Literatura brasileira e outros ensaios*, p. 86.

³⁸ *Ibid.*, p. 46.

³⁹ *Ibid.*, p. 52.

grande cópia de vocábulos peculiares, sem os quais não nos saberíamos exprimir a respeito de muitas coisas”⁴⁰.

As discussões em torno da língua nacional estavam marcadas por um processo de depuração, sobretudo, dos africanismos, como o avesso da identidade nacional. Os escritores românticos procuraram negar que as línguas africanas influenciassem a sua nacionalidade. Nos artigos e textos explorados na pesquisa não pudemos deixar de notar o desinteresse em relação às línguas do escravo, “inimigo inconciliável”⁴¹. Em nenhuma dessas polêmicas o africano foi mencionado, enquanto que o indígena era idealizado com frequência nas imagens e representações que os românticos faziam sobre a nação, à qual, na realidade, não pertenciam nem o africano nem o índio. O segundo pertencia apenas a um passado ideal e bastante distante. A própria influência da língua tupi sobre a língua praticada era uma forma de afirmar aquela variante brasileira, exigindo que os escritores se voltassem para a língua viva, isto é, para as “marcas de oralidade”. A relação da nação com os indígenas e com os africanos, por conseguinte, era marcada, respectivamente, por “filiações e distanciamentos”⁴².

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro reivindicou, num artigo escrito para a *Revista popular*, o ensino da língua geral, que, segundo o mesmo, “falou uma raça forte e inteligente que dominou outrora o país a que hoje chamamos nosso”. Essa língua foi caindo em desprezo e, “reduzida [...] à classe das múmias, não tardará em desaparecer dos sarcófagos da história”. Além disso, a maior parte das nossas denominações geográficas e filológicas deviam-lhe, para Fernandes Pinheiro, à sua etimologia, e se nos aplicamos ao grego e ao latim para saber a origem de muitos vocábulos da língua portuguesa, deveríamos fazer o mesmo em relação à língua tupi, “que para nós outros brasileiros tem a categoria de língua-mãe”⁴³. Para Fernandes Pinheiro, a língua indígena não servia mais de instrumento pragmático de catequese, como era para os jesuítas, mas um testemunho do que era nacional, considerando a língua geral como uma entidade genuinamente nacional. O estudo da língua, contudo, tinha interesse apenas em função da língua portuguesa, para a qual teria contribuído para muitos dos seus vocábulos. De qualquer forma, essas afirmações distanciavam-se muito daquele sexto parágrafo do Diretório

⁴⁰ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Literatura brasileira e outros ensaios*, p. 88.

⁴¹ *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do Município de Vassouras*. Rio de Janeiro, 1854. Citado por MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, p. 131.

⁴² LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de mestiçagem e nacionalidade no Império do Brasil. *Topoi - Revista de Historia*, p. 340.

⁴³ *Revista Popular*, ano 4º, 13: janeiro-março de 1862, p. 288.

dos índios, de acordo com o qual a língua geral era considerada uma “invenção verdadeiramente abominável e diabólica”.⁴⁴

Joaquim Norberto considerava a língua tupi uma língua bela, suave e harmoniosa. Para esse autor, os indígenas falavam uma língua “suave e elegante”, admirando-a pela sua delicadeza e harmonia de sons, pela cópia de seus termos, pela concisão de suas frases e docilidade de sua pronúncia. Era uma língua “que trazia à lembrança dos padres aquela que altamente soou na tuba homérica e nos lábios de Demóstenes”.⁴⁵ Enfim, as afirmações de Norberto sobre a língua tupi, tão poética e fácil de manejar pela sua flexibilidade, refletiam aquele esforço de inventar retroativamente a nacionalidade brasileira, fundando algo que, de algum modo, já estaria lá. Os românticos, portanto, estavam preocupados com a demarcação das origens e com a fundação da nacionalidade, ou seja, era preciso definir o espírito daquela nação que acabara de emancipar-se. Sebastionopolino, no seu artigo sobre a mistura de nomes, afirmava que “na língua dos nossos indígenas se encontra a significação de muitos nomes de nossas notabilidades titulares”.⁴⁶

Para o romantismo, como para Policarpo Quaresma, personagem de Lima Barreto, “tornava-se preciso arranjar alguma coisa própria, original, uma criação da nossa terra e dos nossos ares”.⁴⁷ Entretanto, ao contrário de Quaresma, o romantismo nunca propôs que falássemos tupi-guarani como língua nacional do Brasil. Por meio de um requerimento, Quaresma, certo que a língua portuguesa havia sido emprestada ao país, pediu que o Congresso Nacional decretasse o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro. De acordo com o argumento, se a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo e a sua criação mais viva e original, a emancipação política do país exigia “como complemento e conseqüência a sua emancipação idiomática”.⁴⁸ Evitar-se-iam, assim, aquelas polêmicas e controvérsias gramaticais que impediam o progresso das ciências e das artes nacionais. Como todos os deputados e jornalistas próximos à mesa, que riam largamente da petição, os românticos certamente prorromperiam em gargalhadas se ouvissem a leitura daquele requerimento tão singular, pois a ostentação da ‘cor local’ encerrava seus próprios limites: a religião cristã e a língua portuguesa.

⁴⁴ *Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, p. 3.

⁴⁵ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Literatura brasileira e outros ensaios*, p. 212.

⁴⁶ *Revista Popular*, ano 3º, 11: junho-setembro de 1861, p. 267.

⁴⁷ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*, p. 34.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 48.

Concluindo, pelas discussões em torno da língua nacional pudemos entrar em contato com os valores e imagens de nacionalidade que foram construídos durante o Império do Brasil. Tratou-se de uma discussão sobre as maneiras pelas quais se desenvolveu no Brasil do século XIX uma reflexão sobre a língua nacional que deveria dar forma àquela nação que estava se consolidando à procura do que lhe seria autêntico e original. Essa preocupação com a língua apareceu, em geral, relacionada às discussões em torno da literatura e da ‘instrução’ nacionais, quer dizer, a língua manifestou-se em função de questões fundamentais para o imaginário nacional e para a manutenção do Império do Brasil. Era novamente a prática da célebre proposição de Antonio de Nebrija, formulada em 1492: “língua companheira do Império”. Coube ao movimento romântico destacar as particularidades que distinguiam o Brasil, caracterizando-se por um duplo movimento: a afirmação da autonomia e ao mesmo tempo de uma herança européia, da qual os literatos não podiam prescindir se não quisessem comprometer a introdução no Brasil no concerto das nações civilizadas. Poderíamos nos apropriar da fórmula de Garret sobre as semelhanças entre o português e o espanhol e afirmar que entre a língua portuguesa e a língua brasileira haveria um “ar de família”. A língua nacional, portanto, não era a mesma praticada na antiga metrópole, na medida em que havia se enriquecido, embora houvesse indubitavelmente uma unidade da língua entre a antiga metrópole e a nova nação americana. Pátria e língua confundiam-se irresistivelmente, como uma e mesma coisa.

FONTES:

Anais da Assembléia Constituinte de 1823, 6 tomos.

Anais do Parlamento Brasileiro, 1826.

Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão. Lisboa:

Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

Jornal do Comércio (Rio de Janeiro), janeiro de 1842.

Legislação brasileira ou coleção cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de consulta, provisões, etc., etc., do Império do Brasil, desde o ano de 1808 até 1831, coligidas pelo conselheiro José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo. Tomo V, Rio de Janeiro. Typ. imp. e Const., 1838.

Minerva brasiliense, jornal de ciências, letras e artes. Rio de Janeiro. Tipografia de J. E. S. Cabral, Rua do Hospício n. 66. Publicada de 15 em 15 dias, mensalmente por uma Associação de Literatos que são: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem, Januário da Cunha Barbosa, etc. Mudança de tipografia: Tipografia Austral e Brasil de Justiniano José da Rocha (1843-1845).

Revista popular: noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, anedótica, musical, etc., etc. *Jornal Ilustrado.* Rio de Janeiro: Tipografia moderna de Geoges Bertrand. 16 tomos (05 de janeiro de 1859 até 16 de dezembro de 1862), revista trimestral. Editor-proprietário: B. L. Garnier.

BIBLIOGRAFIA:

AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de. *Literatura e civilização em Portugal.* In: *Obras.* Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1900. v. 3.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma.* São Paulo: Atica, 1983.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da Língua no Brasil: uma questão polêmica. In ORLANDI, Eni (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional.* Campinas: Pontes, 2001.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de mestiçagem e nacionalidade no Império do Brasil. *Topoi - Revista de Historia.* vol. 4, N. 7, jul-dez 2003.

- _____. *Cores, marcas e falas – sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: FBN/Zé Mario Editor, 2002.
- SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura, cultura*. Campinas;São Paulo: Unicamp;Memorial, 1993. v. 2.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Rui Barbosa e o caso Abel Parente

Lucas Hippólito von der Weid (UFF/FCRB/CNPq-PIBIC)

Orientadora: Ana Marta Bastos

INTRODUÇÃO

O projeto da pesquisadora Ana Marta Rodrigues Bastos, que orientou esta pesquisa, consiste num estudo acerca da personalidade privada do grande homem público Rui Barbosa. A partir do seu trabalho no Setor Ruiano da Fundação Casa de Rui Barbosa, de seu convívio com pessoas que se dedicam com vivacidade ao conhecimento da trajetória de vida desse influente político brasileiro, a partir mesmo de breves conversas em que se revelavam curiosidades pouco faladas, ocultas sob o peso da biografia de homem público exemplar, Ana Marta, como boa historiadora que é, reconheceu diversos elementos relevantes para uma compreensão mais aprofundada de quem realmente foi Rui Barbosa e sua influência no seu tempo. Podem ser apontados diferentes aspectos, como sua proximidade com a ética protestante e o que disso fizeram os seus opositores católicos, sua curiosa hipocondria, que o levou a ter, em um só momento, mais de 14 médicos particulares, e que era motivo alegado de suas muitas ausências às seções do Senado, a sua feliz e completa vida conjugal, sua dedicação e admiração à esposa, enfim, muitos. Dentre eles, no entanto, se destaca a sua dedicação a temas hoje caros às feministas: muitos são os casos de mulheres defendidas por Rui Barbosa, que se dedicou também à questão do ensino para mulheres, em que se posicionava a favor do ensino misto e, mais avançado ainda para o seu tempo, a defesa do ensino profissionalizante para mulheres, inclusive a sua entrada na Faculdade de Medicina.

Nesse aspecto, surgiu um dado muito interessante, talvez a maior de todas as curiosidades: Rui Barbosa teria escrito um livro muito polêmico, perdido da memória do homem público, feito em parceria com um médico e amigo, Dr. Francisco de Castro, livro este proibido pela Igreja Católica, inserido no *Index Librorum Prohibitorum* em 1895. O tema do livro parece ainda mais curioso: a defesa moral e jurídica de um método de esterilização de mulheres, uma invenção que estava sob intensa crítica na imprensa e nos meios acadêmicos; tema tão curioso quanto o fato de o livro não ter sido assinado por Rui, apenas por seu co-autor, e de não haver nenhuma referência ao episódio no seu arquivo pessoal, muito menos um exemplar do tal livro em sua vasta biblioteca. Mais curioso, no entanto, é o momento de sua publicação, o conturbado ano de 1893, quando as tensões da República estouravam no Rio Grande do Sul e em outros pontos do país, como na própria capital, com a Revolta da

Armada, quando Rui, depois de meses em sua campanha legalista contra Floriano no *Jornal do Brasil*, partiu para o exílio; ano, ainda, em que Maria Augusta, sua esposa, perdeu uma criança, natimorta. Haja fôlego para tanto, para, em meio às fundamentais escolhas e direções que a República tomava, Rui Barbosa participar de uma polêmica, a princípio tão específica, tão localizada, mas que nos revela informações muito importantes sobre a época. Minha contribuição à pesquisa de Ana Marta Bastos, enfim, consistiu em confirmar a autenticidade da autoria de Rui Barbosa e estudar sua participação nessa polêmica, que envolveu temas morais, científicos e jurídicos típicos da virada do século XIX para o século XX, do Império para a República Velha.

RUI BARBOSA E O CASO ABEL PARENTE

A participação de Rui na polêmica, embora absolutamente discreta, foi central. Na forma de texto, publicado primeiro na grande imprensa e depois em livro, foi capaz de movimentar diversas pessoas a responderem a ele ou apoiarem-no, foi capaz, inclusive, de mudar o rumo de uma polêmica baixa, vazia de moral, elevando o debate a níveis inalcançáveis ao faceiro disse-me-disse. Mais à frente será discutida a hipótese de sua autoria – pois não foi encontrada nenhuma evidência direta, como seriam, por exemplo, os originais manuscritos do texto. Ainda assim, valeria estudar o caso e reconhecer o mérito do autor do texto, pelo esforço de transformar em discussão o que era apenas falácia, ainda que para tanto lançasse mão do mais legítimo argumento de autoridade.

Estavam em questão a legalidade e a moralidade da aplicação do método de esterilização de mulheres. Um médico italiano, Dr. Abel Parente, já residindo no Brasil por cinco anos, anunciava nos princípios de 1893, pela imprensa, a sua "maravilhosa descoberta de prevenir para sempre a concepção"; seus objetivos seriam evitar "males de senhoras", agravados pela gravidez e parto, além de sugerir como evitar a perpetuação da miséria. Ondas iradas a ele se contrapuseram, dos jornais conservadores da capital, dos meios médicos e sociedades higienistas, de sarcásticos e covardes anônimos em geral; suas críticas variavam do plenamente racional à mais baixa e agressiva verborragia. Alguns, no entanto, o apoiaram; em menor número, é verdade, mas não com menor ímpeto discursivo. No fundo, estavam em embate concepções tradicionais de família e moral, de um lado, e, de outro, a defesa do progresso e da ciência, além da liberdade de escolha da própria mulher acerca de si. Por outro lado, o que é certo, havia também uma disputa de poder, aliando disputas entre folhas distintas da grande imprensa, umas alinhadas com o Governo Federal e outras ferrenhamente

opostas, e também disputas por cargos públicos, clientela, cátedras na Faculdade de Medicina e até mesmo pelas honras de paraninfo da turma de formandos.

Dentre todos os polemistas na imprensa, a maior e mais consistente participação, sem dúvida, em defesa do método de esterilização, foi o estudo de Rui e de Castro intitulado *O invento Abel Parente – no ponto de vista do Direito Criminal, da Moral Pública e da Medicina Clínica*. Publicado em artigos nas "colunas de honra" (a primeira matéria) do jornal *O País* ao longo de onze dias, reunidos meses depois pela renomada editora Laemmert & Cia em uma edição, o livro em questão não consta do catálogo das Obras Completas de Rui Barbosa – trabalho sob responsabilidade do Setor Ruiano – por não ter sido publicado em seu nome, apenas com o de seu co-autor. Autoridade pública à época, o Dr. Francisco de Castro (em cuja residência Rui buscou refúgio quando do endurecimento do regime de Floriano em meio à Revolta da Armada) fora chamado a público para se pronunciar a respeito da estrondosa polêmica médica e moral, e para tanto pediu auxílio ao renomado jurista e ex-ministro. Num breve despacho, o diretor sanitário da capital já tinha livrado Abel Parente de quaisquer implicações legais, liberando sua propaganda nos jornais e a prática do método. Tornando-se, portanto, alvo secundário dos algozes do médico italiano, com seu nome atacado nos jornais, Francisco de Castro se viu obrigado a responder aos críticos. Conforme carta do próprio Francisco de Castro a Rui, que consta do acervo da FCRB, pediu o médico ao “prezadíssimo amigo”, que “desenvolva os dois primeiros itens [direito criminal e moral pública] e eu não farei senão copiar” (v. anexo 1).

A polêmica, iniciada em janeiro de 1893 com a publicação dos “reclames” de Abel Parente sobre seus novos serviços, esquentou em fevereiro e março, quando foi debatida na Faculdade de Medicina do Rio e da Bahia, dentre outras sociedades, e quando povoou as folhas *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *Jornal do Brasil* com cartas irônicas e acusações incoseqüentes, envolvendo outras pessoas dos meios médicos. Nesse período se reuniram comissões especializadas, foi aberto um inquérito policial para o qual foram apresentadas provas falsas e prestados depoimentos veementes, publicados nas primeiras páginas dos jornais, que expressavam entusiasmados ou enfurecidos editoriais. Um médico publicaria, 13 anos depois, em um estudo que abordava novamente o caso, criticamente, a seguinte descrição: "Por esse tempo [ano de 1893], grandes, tempestuosas e cerradas discussões rolaram pela imprensa e pelas tribunas, desde o apoucado espírito de entrelinhas até as colunas de honra, na primeira página; da simples palestra científica até a dogmática tribuna acadêmica; toda essa avalanche galênica formadora da flor da medicina brasileira, se movimentou."

O inquérito policial, no entanto, acompanhado ao longo das semanas pelas demais folhas da capital com decrescente interesse – tantos os acontecimentos do ano – terminaria por inocentar o médico italiano. Esfriada a polêmica, depois de dois meses, no dia seguinte ao arquivamento do inquérito, teve início a publicação dos capítulos de *O invento Abel Parente*, dividido numa seqüência de oito artigos, reacendendo os ânimos gerais. A partir de então, ao contrário de antes, calavam-se os editoriais dos jornais estudados (*todos se limitariam a elogiar, semanas depois, a publicação do erudito estudo*), murchavam os sarcásticos e anônimos, abrindo-se espaço aos acadêmicos conservadores e suas séries de artigos em resposta ao estudo, além de uma providencial maré de cartas em apoio ao Dr. Abel Parente, no estilo “Agradecimento por cura”, sabe-se lá se sinceras ou se recompensadas.

O caso, como indica a citação acima, não se encerrou. Dois anos depois, nova polêmica voltaria aos jornais, e Francisco de Castro publicaria novo livreto, sob o título *Polêmica pessoal*, em que reunia outros artigos seus e de seus críticos. Apesar de inocentado em 1893, Abel Parente seria ainda questionado e acusado novamente, em 1901, quando levado aos tribunais e condenado (mesmo ano da precoce morte de Francisco de Castro, em cujo funeral Rui Barbosa professou emocionado discurso). Mais além, o tema da esterilização seria abordado em teses na Faculdade de Medicina, motivo para mais embates, um dos quais a tese de Oliveira Motta, acima citada.

Para este estudo, no entanto, interessam principalmente os eventos do ano de 1893. As perguntas que nos fizemos são as seguintes: O livro foi escrito, de fato, em co-autoria de Francisco de Castro e Rui Barbosa? E, se o foi, que razões tinha Rui para fazê-lo? E por que não o assinou? Que argumentos defendiam Rui e Castro? Que argumentos apontavam contra Abel Parente? Qual o papel do livro na polêmica? E qual a relevância dessa polêmica no quadro histórico de então?

O objetivo desta pesquisa foi, enfim, além de responder a essas perguntas, detalhar os acontecimentos e conclusões em um estudo mais abrangente, para o qual este trabalho pretende contribuir. Este estudo, enfim, seria prefácio da reedição do livro – presente em poucas bibliotecas, em seções de obras raras – e sua inclusão, como obra em co-autoria, nas Obras Completas, este sim nosso objetivo maior. Há indícios dessa co-autoria, além da carta com o pedido do Dr. de Castro, em notas do livro *Lado a lado de Rui*, de Carlos Viana Bandeira, citando uma suspeita de Américo Jacobina Lacombe, e conforme foi atestado pelo filólogo Adriano da Gama Kury, especialista em Rui Barbosa, que verificou algumas semelhanças da redação do livro com o estilo de Rui, e indícios mais consistentes serão detalhados mais a frente. Mas o que é no mínimo curioso é o fato de pelo menos três

participantes da polêmica reconhecerem o estilo do famoso jurista no estudo, como o ferrenho crítico de Abel Parente, Dr. Daniel de Almeida, que em seus artigos nos presenteia com a caracterização do texto, que seria uma "docilíssima e lisonjeira imitação aos opulentos escritos de notável homem de Estado (...). Mais aproveitado discípulo não poderia encontrar o grande estadista – o Sr. Dr. de Castro tem sabido rui-barbosear estirados artigos..."

DA AUTORIA DE RUI BARBOSA

Pretender comprovar a autoria de uma obra não assinada, como no presente caso, certamente não é tarefa fácil, principalmente se o que se quer é fazê-lo com responsabilidade. Afinal, além de se tratar de uma figura pública importante para a história do Brasil, em diversos aspectos, trata-se, enfim, de uma pessoa que não pode responder às nossas alegações. Portanto, talvez num pequeno jogo de palavras, ainda que importante, o que se pretende aqui não é comprovar mas sim apresentar os indícios da autoria de Rui Barbosa, numa argumentação racional, que pode ser efetivamente questionada, pois baseada na razão.

Por outro lado, cabe ressaltar que, por maior que seja a nossa preocupação em abrir espaço para o questionamento, os indícios encontrados nos parecem cabais. De fato, Américo Jacobina Lacombe, que organizou o roteiro das Obras Completas, afirmava que "não lhe parece que Rui tenha dado parecer a Castro. Escreveu, isto sim, capítulos inteiros do folheto que este publicou. É isto o que se deduz de uma carta de Castro, existente no arquivo da C.R.B. O médico apenas uniformizou os escritos de Rui com os dele" (segundo BANDEIRA, Carlos Viana. *Lado a lado de Rui*. (1876 a 1923) Homens e fatos, angústias e atribulações – cartas de Rui, das mais íntimas, inéditas e comentadas). Além dos que, na época, reconheceram o estilo do jurista, o parecer do professor Adriano da Gama Kury, de 23-07-2001, apesar de não ser tão otimista, aponta na direção que imaginamos:

"Fiz a leitura atenta de 80 páginas de *O invento Abel Parente*, na tentativa de descobrir se o estilo do redator revelaria, ou não, a autoria de Rui Barbosa. Nos capítulos intitulados "Do aborto criminoso" e "Castração, Mutilação, Lesões Corporais", não me pareceu reconhecer senão esporadicamente o estilo do nosso Patrono, com o qual estou familiarizado. Já o 3º capítulo, "Moral pública", oferece bem mais marcadamente as características ruianas. Talvez porque não se trata de uma dissertação médica, mas antes jurídica, ou melhor sócio-jurídica; e nesta parte a intervenção do Dr. Francisco de Castro teria sido bem menor. Mas tudo são apenas hipóteses..."

De nossa parte e competência, partimos para a busca dos originais e, o que foi o maior de todos os indícios encontrados, a busca pelas obras citadas no livro. Seguiu-se, então, o caminho das pedras: foram listadas todas as obras citadas no livro *O invento Abel Parente*, nos capítulos que teriam sido escritos por Rui, e foi verificado que cerca de 70% constam da sua biblioteca pessoal (com os mesmos títulos e edições). A seguir, foi consultado esse montante de livros citados por Francisco de Castro e Rui Barbosa (e que constam na biblioteca pessoal, do acervo da FCRB), e comparadas as citações aos textos originais. Foram encontradas, pois, marcações (trechos sublinhados ou assinalados por Rui) na maioria dos livros, em geral correspondendo exatamente às passagens citadas em *O invento Abel Parente*, o que ocorre em cerca de 90 % dos trechos citados, de obras que se encontram na biblioteca. Esta é a principal evidência de sua autoria, acrescida da ‘carta pedido’ de Francisco de Castro a Rui, que corrobora a hipótese de uma obra em co-autoria dos dois.

A POLÊMICA DO CASO ABEL PARENTE NA IMPRENSA DA CAPITAL

Da pesquisa com a imprensa

De modo a buscar as minúcias e o teor da polêmica em que Rui Barbosa tomou tão surpreendente partido, a pesquisa sobre a imprensa diária da capital é um valioso instrumento. Não somente por ser o espaço privilegiado de expressão desse caso, especificamente, mas pela própria natureza da imprensa, principalmente no Brasil.

A pesquisa em periódicos é de caráter quantitativo e qualitativo por natureza. Por quantitativo entende-se que, tratando-se de um espaço de debates razoavelmente organizado em seções, em partes de maior ou menor importância, é bem possível estimar a importância que tal ou qual fato teve, para um dado periódico, pelo maior ou menor espaço ocupado nas folhas, em que posição e se há continuidade de uma matéria em dias subsequentes. Este último aspecto, a bem da verdade, se insere no que se conhece como 'história serial', ou seja, pesquisas históricas quantitativas à base de fontes seriais, como registros de nascimento e óbito, resultado de eleições ou votações no Congresso Nacional, enfim, quaisquer fontes que apresentem uma continuidade no tempo com algum padrão.

Por qualitativo, em seu turno, algo muito mais natural de se aceitar, entende-se não só o teor que cada expressão da polêmica assume, se favorável ou não, por exemplo, ao invento em debate, mas *o como* isso é colocado, por quem, inclusive se é assinado ou não, enfim informações que se complementam às quantitativas na compreensão posterior dos

acontecimentos. No caso, um mesmo espaço é utilizado de forma responsável, buscando seriedade, ou também em forma de escárnio, sem qualquer sentido de fato.

A criação de um periódico por um grupo de pessoas tem uma implicação imediata: a abertura de espaço para outras pessoas, de fora desse grupo, também se expressarem. Este fato pode ter como causa a necessidade de financiar o periódico, mas também a dificuldade de se redigir tudo a ser impresso de um dia para o outro. A primeira, discutida por Nelson Werneck, essa dependência financeira, está na raiz do estabelecimento definitivo da imprensa no Brasil. E é justamente na passagem do Império para a República que os grandes jornais se definem como empresas, a dependência do financiamento se torna estrutural, a empresa jornalística passa, então, a produzir e vender informação; num limite, como o próprio Sodré salienta, a respeito da imprensa na virada do século: "É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal". Essa primeira característica desse tipo de fonte nos dá, portanto, informações quanto a quem se relacionavam os editores dos diferentes periódicos fora das páginas dos jornais, ou seja, na realidade, pode-se averiguar pelas páginas dos jornais, pelo que se publica de "ineditoriais", as cumplicidades entre pessoas e grupos.

A segunda característica mencionada, a necessidade de preencher todo o espaço a ser publicado, traz outra grande fonte de dados; afinal, esse tipo de documento não é passivo diante da realidade, não se espera que as notícias do dia-a-dia desçam dos céus e se projetem sobre o papel. Há um esforço ativo de buscar todo tipo de história que ocorre no cotidiano. E, se não é possível assumir a verdade dessas histórias, é verdade que foram escritas, selecionadas pelos editores para impressão, e esse fato, por si só, já é uma informação relevante.

A IMPRENSA DA CAPITAL

Por ser um espaço estabelecido de expressão das mais divergentes posturas políticas, a imprensa do Rio de Janeiro – então capital e maior cidade brasileira, na primavera da República – estava diretamente envolvida com os rumos que se davam na vida política nacional. Já se desenvolvendo desde os princípios do Império, diferentes periódicos foram sendo criados, uns com vida curta, outros com mais longa trajetória, mas inevitavelmente se envolvendo com liberais, conservadores, republicanos, radicais, abolicionistas, pois eram, de fato, os espaços para expressão dos seus diversos projetos conflitantes, que vinham sendo desenvolvidos e que entravam em conflito por incompatibilidades inconciliáveis. O Império,

enfim, caiu mais por saraivadas de palavras (entre elas as de Rui) do que por saraivadas de balas.

Portanto, a maior ou menor repercussão, nesse palco, de um caso que envolve diferentes concepções de moral e ética em conflito revela, no fundo, a maior ou menor importância que se pode creditar ao caso. De certa forma, demonstra a relevância que os atores de então lhe conferiam, que os fez interferir na troca de idéias, escrevendo suas teses, se esforçando por contra-argumentar, ou simplesmente ofender, gerando o fato 'polêmica' (afinal, uma polêmica não se faz sem um conflito, sem os polemistas). E, de certa forma, a maior ou menor repercussão do caso permite uma maior ou menor compreensão dos próprios polemistas, de suas idéias, simplesmente pelo fato de elas aparecerem mais, de estarem postas no papel, permitindo ao historiador presente e futuro uma maior ou menor compreensão do contexto.

Por outro lado, como cidade grande, e com sua vida própria independente da nacional, o Rio de Janeiro tinha na imprensa também um palco de sua própria identidade local. A repercussão, para este foco local, pode revelar justamente o quanto a polêmica foi realmente popular, ou seja, o quanto se permitiu que ela fizesse parte de conversas íntimas, que fariam as pessoas não envolvidas lerem as passagens referentes a um assunto distante de seu cotidiano, mas que poderia ter seu apelo caso as idéias em conflito correspondessem em maior ou menor grau às concepções da população, e o quanto as fariam agir e participar, aumentando o fato 'polêmica'. A comparação, ainda, do modo como a polêmica prossegue em compasso com outros fatos locais pode revelar uma maior ou menor popularidade do caso, mesmo havendo uma grande quantidade de material a respeito.

Enfim, a pesquisa sobre a repercussão da polêmica na imprensa é quantitativa e qualitativa, podendo revelar o teor da polêmica e as concepções de seus polemistas, a sua relevância entre grupos políticos atuantes na vida nacional e sua importância local para o cotidiano da cidade-capital. Para tanto, pretende-se observar as publicações diárias de cinco dos principais jornais do Rio de Janeiro ao longo do ano de 1893, quando o inquérito Abel Parente se desenvolve; são eles *O País*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias*.

A seleção desses periódicos, por sugestão de Antônio Herculano Lopes, bem como a pesquisa em si foram feitas antes da leitura de *História da imprensa no Brasil*. No entanto, a escolha, ao que parece, não poderia ter sido mais bem-orientada. São esses os cinco "grandes jornais" da capital, no entender de Nelson Werneck Sodré. Suas características diferem justamente nos grupos a que se relacionam. Ao passo que o *Diário de Notícias* e a *Gazeta de*

Notícias eram folhas mais populares, liberais e mais dinâmicas, que se abstinham de um posicionamento político tão marcante, *O País* era o grande jornal progressista, alinhado ao governo de Floriano (fora o carro-chefe da campanha republicana no fim do Império), o *Jornal do Comércio* o grande conservador, o mais antigo e maior em tamanho, e o *Jornal do Brasil* o grande monarquista, moralista, até a entrada de Rui Barbosa como editor-chefe, em maio de 1893, depois do qual a sua orientação se torna legalista, na ferrenha oposição até seu fechamento, em setembro desse mesmo ano. Nesses espaços diferenciados é que se digladiaram os polemistas acerca do invento Abel Parente

OBJETIVOS E MÉTODO

O objetivo principal desta pesquisa com periódicos é a compreensão da polêmica em cujo centro, entre outros, estava Rui: quem se envolveu, por quê e em que contexto, que idéias estavam em debate, onde e como se defrontavam os polemistas; pretende-se, pois, desenhar uma espécie de perfil da crise na imprensa, quantitativo e qualitativo. Por outro lado, a pesquisa, antes de encerrar a questão, pretende ainda deixar novos apontamentos, seja para ampliar seus horizontes, seja para interpretar a polêmica em torno do invento Abel Parente sob novos focos, se necessário for.

Para tanto, pretende-se observar o quanto a polêmica rendeu nos jornais, sob as mais variadas formas, ou seja, se por meio de textos editoriais ou publicações a pedido, se de forma séria, sarcástica ou agressiva, enfim, observar tudo o que foi publicado que mencionasse o caso. Como a variedade de temas nos jornais é enorme, pois até os mais isolados incidentes ganhavam alguma divulgação através de pequenos ‘tijolinhos’, e o volume de material é grande para o espaço disponível, a pesquisa se desenvolveu da seguinte maneira:

- (i) Foram ignoradas todas as partes comerciais dos periódicos;
- (ii) Foram buscadas matérias com títulos, especialmente séries de matérias que se sucediam com os mesmos títulos, evitando-se percorrer a infinidade de informações menores do cotidiano onde poderiam constar apenas pequenas contribuições à polêmica;
- (iii) Evitou-se a transcrição de trechos, preferindo-se a redação de resumos, de modo a não se perder tempo com textos menos relevantes ou repetitivos, e procurando compreender o fundamento dos argumentos e os passos dos acontecimentos;

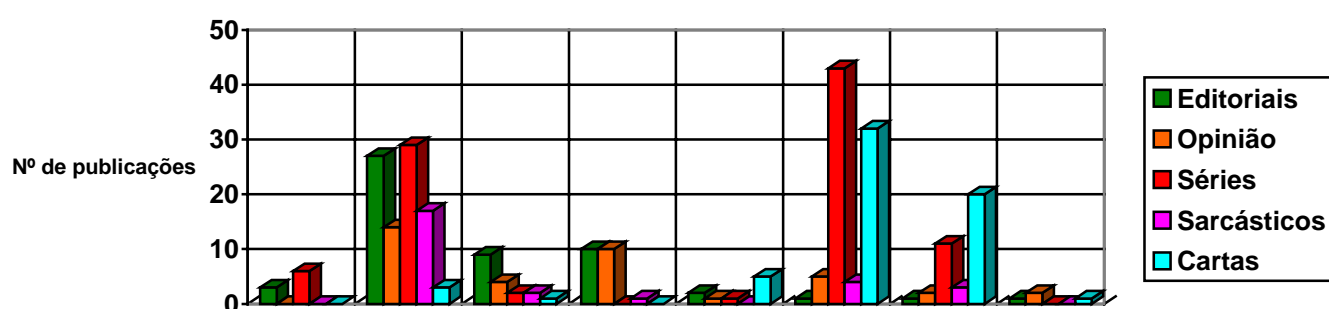
- (iv) A pesquisa se centrou no caso específico do IAP, embora outros casos, importantes para o momento histórico, também fossem observados. Esses casos, por sua maior ou menor repercussão, foram percebidos ao longo da pesquisa e seus temas registrados.

TRATAMENTO DOS DADOS

Material observado, em uma estimativa de quantidade e qualidade

	Editoriais	Opinião	Op. em série	Sarcásticos	Cartas	Total
O País	11	6	18	–	–	35
J. C.	10	20	43	10	35	118
Diário de N.	5	3	11	1	–	20
J. B.	25	4	3	8	–	40
Gazeta de N.	3	6	22	8	27	66
Total	54	39	97	27	62	279

Perfil da polêmica



(Meses: janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto)

ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Foram registradas as mais diversas formas de menção à polêmica: (1) reportagens *pretensamente* imparciais, relatando os passos do inquérito a que Abel Parente foi submetido;

(2) cartas ou “publicações a pedido”, curtas e extensas, protestos sérios ou tiradas satíricas, até poemas e uma breve farsa, uma cena de comédia sobre a questão; (3) cartas em agradecimento à cura, em homenagem a Abel Parente, curiosamente em profusão nos dias mais quentes da polêmica; (4) textos em seqüência, como o próprio livro *O invento Abel Parente* e seus críticos subseqüentes – cinco médicos se dispuseram a escrever respostas aos argumentos de Francisco de Castro e Rui Barbosa, em formato semelhante, uns mais responsáveis e profundos, outros simplesmente agressivos e pretensamente moralistas.

Foi verificado que o perfil da polêmica não acompanhou o inquérito policial aberto contra Abel Parente. Muito pelo contrário, foi a polêmica que provocou a abertura do inquérito, donde se constata sua importância no rumo dos acontecimentos. Ela começou antes da abertura do inquérito, com a publicação dos ‘reclames’ anunciando o método de esterilização definitiva da mulher e com uma forte reação por parte de jornalistas, especialmente do *Jornal do Brasil*, relacionado aos setores monarquistas e tradicionais. Em textos editoriais, inclusive, o *Jornal do Brasil* conclamava as sociedades médicas a se levantarem contra a ultrajante esterilização da mulher. Com o tempo, as sociedades se movimentaram, realizando reuniões e palestras, formando comissões para averiguar o problema, que são todas reportadas às folhas diárias. O inquérito teve início, enfim, em 9 de fevereiro.

A polêmica seguiu-se ao longo do primeiro semestre de 1893 como um assunto corriqueiro. Este seria, certamente, um dos temas do ano, por assim dizer, uma das muitas questões que atravessaram os jornais ao longo do ano, até setembro: o problema da “carne verde” (sobre a grande distância entre os matadouros e o centro), turbulências no Rio Grande, sucessão presidencial, reforma no ensino municipal ou instrução pública, casamento civil, problemas em Portugal, exposição de Chicago, mudança da Capital Federal e novas capitais de estados (Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais), jardim zoológico e jogo do bicho. Como os próprios jornais a tratavam, esta era “a questão Abel Parente, já conhecida de nossos leitores”, ou o “Caso Abel Parente”, “questão Parente-Castro”, “esterilização de mulheres”, enfim, muitas foram as epígrafes. E a forma como se debateu, de início, com acusações e tiradas satíricas parece confirmar as características da imprensa do período, citadas por Nelson Werneck Sodré, no que toca às “publicações a pedido”, onde eram publicadas ofensas as mais grosseiras, em cartas anônimas, falsamente assinadas ou assinadas comicamente (como, por exemplo “ass.: A moralidade pública”, ou “ass.: Frasco de Cadastro”). Debatida por comentaristas da semana, por alguns advogados, pelos editoriais, e até mesmo por

Machado de Assis, parecia seguir os passos normais de pouco ou nenhum aprofundamento, outra característica dos debates da imprensa.

Entretanto, a partir da publicação de *O invento Abel Parente*, em 31 de maio, ocorreu uma significativa virada. Além de reacenderem a polêmica, independentemente do fim que o inquérito policial deu à questão, e causando surpresa a todos, fato mencionado em diversas respostas dos seus críticos, os artigos publicados geram um movimento de resposta completamente diferente dos meses de fevereiro e março. Junho e julho acompanhariam o desenrolar de cinco séries de respostas: do presidente da Academia Nacional de Medicina, Sousa Lima, onze artigos intitulados “A questão Abel Parente e sua defesa oficial pelo Dr. Francisco de Castro”; de Augusto Brandão, nove artigos sob o título “Invento Abel Parente”; de Caetano Werneck, cinco sob “A esterilização”; dois de Daniel de Almeida, “O invento Abel Parente” e, de Alberto de Sá, “À nação, à classe médica, principalmente aos parteiros e ginecologistas brasileiros”, esses muito vazios e agressivos, publicados quase em paralelo aos de Rui e de Castro. Esses cinco autores nada ou pouco tinham participado da polêmica no seu primeiro momento – à exceção de Alberto de Sá – revelando uma necessária ‘subida de tom’. Afinal eram grandes nomes, membros das comissões de ilustres convocadas no início do ano para julgar a questão.

As outras diferenças são com relação às opiniões editoriais, que simplesmente se calam, todas. *O Jornal do Brasil*, por sua vez, o centro dos ataques, tinha passado ao controle de Rui Barbosa justamente em maio deste ano e não tomou mais parte na polêmica de forma nenhuma. Sarcásticos e anônimos também se calaram quase de todo, e ocorre a enxurrada de cartas em apoio e gratidão a Abel Parente, deferido como grande médico. Ao final, com os ânimos políticos esquentando, as folhas relatam, todas de forma muito elogiosa, o trabalho de Francisco de Castro, editado pela Casa Laemmert. Elogiaram a obra *O Tempo*, em 27/7, *Jornal do Brasil* e *Jornal do Comércio*, em 28/7, *O País*, em 29/7, a *Gazeta da Tarde* e o *Diário de Notícias*, em 31/7 e o *Brazil Médico*, em 8/8, segundo uma matéria do *Jornal do Comércio*, de 13/8, e na *Gazeta de Notícias*, no dia seguinte.

Como já foi dito, a polêmica não se encerrou nesse ano e nem nesse século. E o que se viu, diferentemente de muitos casos, foi um aprofundamento dos debates, com outros desdobramentos. Um exemplo claro é a publicação do estudo *A psicologia feminina*, de Pinheiro Chagas, em 30 de outubro desse ano, em *O País*, uma exaltada defesa da idéia de igualdade dos sexos, ressaltando suas diferenças óbvias, mas rechaçando qualquer inferioridade intelectual ou de capacidades gerais. No entanto, como ficou evidente, ao longo desse ano as conturbações políticas acabaram por solapar este e outros temas, entrando o

Brasil nos difíceis anos de Floriano Peixoto, anos em que Rui Barbosa esteve exilado na Inglaterra.

Uma outra constatação é que a polêmica não girou apenas em torno da questão da esterilização da mulher, mas pareceu envolver disputa por cargos, disputa por clientela, uma questão envolvendo um discurso do paraninfo da Faculdade de Medicina, uma defesa incondicional da tradição da família ante uma defesa incondicional dos progressos da ciência, e sabe-se lá o que mais. Um exemplo claro é o fato de ambos, Francisco de Castro e Sousa Lima – tidos como os maiores argumentadores, serem nomeados, respectivamente, Diretor Sanitário da Capital (cargo federal) e Diretor de Higiene Pública (cargo municipal), num tempo em que os órgãos do município ainda não estão conformados, havendo inúmeras anomalias e sobreposições de autoridades, e o poder municipal subordinado ao federal.

De todas as inúmeras menções à questão, a grande maioria é contrária ao invento Abel Parente e aos argumentos apresentados no livro de Francisco de Castro. Aparentemente sem posicionamento explícito, *O País* foi a única folha a publicar opiniões favoráveis e lidar com cautela com os pontos mais polêmicos, mas evidenciando sua postura favorável; o *Jornal do Comércio* reuniu o maior número de críticos, e algumas menções satíricas e também agressivas às pessoas de Abel Parente e Francisco de Castro, mas acompanhou o caso com cautela, limitando-se a publicar os depoimentos dos envolvidos (à exceção do depoimento do próprio Abel Parente). Tanto o *Diário de Notícias* quanto a *Gazeta de Notícias* evitaram abordar a polêmica em editoriais, ou mesmo em notas com título, mas o *Diário* publicou antes do *Jornal do Comércio* a crítica consistente mais extensa (do presidente da Academia Nacional de Medicina) ao livro *O invento Abel Parente*, e a *Gazeta* foi um dos palcos preferidos dos sarcásticos. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, foi também um palco dos críticos sarcásticos, mas se destacou por realizar uma campanha editorial contrária, através (como me pareceu) de um redator que assina com diversos nomes (Rodrigo, Ricardo e Le Coq), bem como de editoriais formais. Aqui se nota uma outra confirmação de dado apresentado por Nelson Werneck Sodré, o da disputa entre os jornais, especialmente entre *Jornal do Brasil* e *O País*. As maiores constantes na polêmica foram a campanha do *Jornal do Brasil* (até a entrada de Rui) contra o invento e todo o espaço aberto por *O País* às teses em sua defesa. Quando o Dr. Rodrigues dos Santos publica uma monografia defendendo ser impossível e imoral a esterilização, ela é defendida com entusiasmo pelo primeiro em 13 de fevereiro, e duramente criticada pelo segundo, dois dias depois.

Os argumentos contrários ao método Abel Parente, bem como os argumentos de F. de Castro e Rui, sem qualquer ordem, são os seguintes:

- (1) Uso comercial da medicina (por parte de Abel Parente) e charlatanismo;
- (2) Manter segredo sobre uma descoberta científica (Abel Parente não divulgou os detalhes de seu invento nem o apresentou em nenhum meio acadêmico);
- (3) Possibilidade de uso do método de esterilização como aborto;
- (4) Crítica ao malthusianismo expresso no livro (uns defendem que a relação de crescimento população/proventos é inversa, com maior crescimento de riquezas frente ao de populações), bem como a essa postura ser defendida pelo diretor sanitário (F. de Castro), responsável por evitar epidemias, que são, no fundo – na leitura dos críticos – uma das formas apontadas por Malthus para o equilíbrio populacional;
- (5) Crítica às intervenções cirúrgicas ‘desnecessárias’, como a medicina estética, já que a gravidez não é uma doença;
- (6) Crítica (racista e nacionalista) à esterilização de brasileiros num momento em que se debate a imigração de trabalhadores chineses;
- (7) Um debate muito rasteiro sobre a finalidade do ato sexual, se meramente reprodutiva, ou *também* por uma vida mais saudável;
- (8) A possibilidade aberta, com a esterilização definitiva da mulher, de estímulo às traições, ou à generalização da prostituição clandestina (*sic*);
- (9) Crítica machista ao que seria a mutilação da mulher em sua *santa* função de vida (a perpetuação da espécie);
- (10) Acusação feita a F. de Castro de ter uma obrigação para com Abel Parente por uma cura de algum parente do primeiro;
- (11) Afirmção de que o invento Abel Parente foi resultado de sucessivos erros médicos, que resultaram na esterilização de pacientes;
- (12) Críticas muito específicas com relação aos autores citados no livro, contrariando a leitura dos autores, o que levaria a novas conclusões;
- (13) Controvérsias quanto às aplicações dos artigos 156 e 157 (que trata de bruxaria e promessa de curas impossíveis), bem como ao artigo 72 da Constituição da República;
- (14) Crítica à extensão das indicações científicas apresentadas por Abel Parente e defendidas no livro, que abarcaria uma quantidade imensa, incluindo casos de doenças em familiares distantes e doenças que não têm, necessariamente, transmissão para os filhos;

- (15) Crítica à ênfase dada por Francisco de Castro ao tema ‘aborto’ e sua diferença fundamental da esterilização, como tendo sido um artifício de argumentação “um castelo de cartas erguido para o deleite de sua destruição”.

Por fim, observa-se que Rui Barbosa foi mencionado constantemente em reportagens e textos. Em sua imensa maioria, são posturas deferentes e respeitosas, em todos os jornais observados, à exceção de quando se trata da política conhecida como encilhamento, adotada por Rui quando ministro, onde é criticado, principalmente pelo *Jornal do Comércio*, e sobre um manifesto, escrito em Buenos Aires, logo depois da Revolta, quando é duramente criticado por *O País*. Compreende-se que ele evitaria colocar seu nome no meio de tão baixos argumentos que se trocaram na polêmica, num momento em que se debatem nomes para a sucessão presidencial.

No entanto, a polêmica contou com muita gente de renome. Envolveram-se, de uma forma ou de outra, o presidente da Academia Nacional de Medicina, Sousa Lima, peritos das comissões das sociedades médicas, Caetano Werneck, Augusto Brandão, Rodrigues dos Santos, figuras políticas importantes da imprensa, como Pardal Mallet, J. J. Seabra; e outras, como Evaristo de Moraes (este, em 1901, acusaria Abel Parente nos tribunais), Machado de Assis (que escreveu em fevereiro de 1893 um irônico conto em que S. Pedro reclama no céu das alminhas que não conseguem mais encarnar) e o próprio Rui Barbosa.

Mas, ainda que Rui não tenha entrado com seu nome, outros com quem trabalhava, com quem compartilhava opiniões, partiram na defesa dos acusados. Pardal Mallet defendeu primeiro Abel Parente, em fevereiro, também nos três aspectos, em sete artigos e J. J. Seabra defendeu Francisco de Castro quando Alberto de Sá insinuou ter recebido uma carta sua. Ambos trabalhavam com Rui no *Correio da Tarde*, assim como Luís Murat, outro do círculo de próximos de Rui, que também combatera Floriano, escreveu um grande elogio à obra.

OS ARGUMENTOS CENTRAIS DE *O INVENTO ABEL PARENTE*

Opulento, extenso, prolixo, esses foram adjetivos usados para caracterizar o trabalho de Rui e de Castro. Se considerarmos que a primeira página de *O País* tinha oito colunas, o fato de os artigos serem as primeiras matérias e ocuparem em média mais de duas colunas e meia, chegando a mais de três colunas em dois dias, é bem significativo. Ainda mais se atentarmos para o fato de todas as citações estarem lá, numeradas, abaixo de cada coluna –

foram mais de cem obras citadas, entre constituições e códigos civis de diversos países, direito canônico, romano, filósofos, juristas, políticos, além dos textos técnicos de medicina. Mais ainda sabendo-se que eram citações nas línguas de origem, ou seja, em inglês, francês, italiano, alemão e até latim. Tudo na primeira página, primeira matéria de cada dia.

Toda essa pompa tinha um sentido, é claro: não dar margem para a crítica rasteira, para defender idéias polêmicas, não na defensiva, e sim na situação. Em particular, os argumentos se referem ao invento propriamente dito, mas são, a bem da verdade, muito mais baseados em princípios gerais, até certo ponto liberais, progressistas. São eles:

- (1) O invento não constitui aborto, pois justamente pretende evitar situações abortivas;
- (2) O invento não consiste, também, em nenhuma lesão corporal, mantendo os órgãos sexuais suas funções vitais saudáveis, não representando nenhum mal à mulher;
- (3) O aparelho e a função reprodutiva não são os mais essenciais à vida, havendo pessoas plenamente saudáveis, apesar de estéreis;
- (4) Por seu lado, a função sexual transcende a função reprodutiva da espécie, estando diretamente ligada à plenitude do casamento, à felicidade e à própria saúde;
- (5) A mulher, como o homem, tem plena possibilidade de decidir sobre seu corpo, afinal ela mesma existe muito além da função reprodutora biológica da espécie;
- (6) A esterilidade, em vez de diminuir a população, pode ajudar a desenvolvê-la com mais responsabilidade, evitando-se filhos que não se podem sustentar, combatendo-se a miséria com o não-nascimento de mais pobres;
- (7) Diversas doenças hereditárias poderiam ser combatidas, sendo um dever da ciência criar formas de extingui-las;
- (8) Ressaltando o progresso da ciência, afirma que muito do que se tinha por impossível pode ser tornado prático, e o mesmo debate se deu em diversos outros casos já tomados como corriqueiros.

CONCLUSÃO

Finalmente, respondendo às perguntas feitas a princípio:

O livro foi escrito, de fato, em co-autoria, por Francisco de Castro e Rui Barbosa?

Sim, esta é a primeira conclusão de nossa pesquisa. Não era e não é incomum se fazerem pareceres sobre as mais diversas questões, encomendados por quem está escrevendo um livro, mas o fato de ser praticamente copiado, e mais, escrito com tamanha convicção, o faz próprio também de seu autor, no caso, Rui.

Que razões tinha Rui para fazê-lo?

Em primeiro lugar, imagino que quisesse se meter numa boa briga: os argumentos moralistas eram muito rasos, os argumentos a favor tinham bases que estavam de acordo com suas idéias. E, apesar de Rui estar muito atarefado, o fato de este ser um ano conturbado, na verdade, pesa a favor. A transição para a República, afinal, significou alguns avanços estruturais, ainda que não na base econômica da sociedade; havia debates sérios e decisões estavam sendo tomadas. A separação entre Igreja e Estado, por exemplo, era debatida nos jornais, mormente o tema do casamento civil; a questão da esterilização envolvia uma separação entre a medicina e a moral paternalista. Por outro lado, estava em jogo o nome de um amigo, e Rui não foi o único dos círculos mais liberais a defendê-lo. Enfim, Francisco de Castro pode muito bem ter pago pelo serviço, afinal também é trabalho de juristas escrever pareceres.

E por que não o assinou?

Como dito acima, seu nome era discutido nos jornais para a sucessão presidencial. Rui não daria margem aos moralistas rasteiros; desde a publicação de sua tradução de *O papa e o concílio* (obra de Johann J. I. von Döllinger, em que se critica a infalibilidade papal, traduzida com um prefácio maior do que o próprio original), que também foi inserido no *Index*, ele era acusado até de anticristão. Por outro lado, talvez não tenha assinado para fortalecer ainda mais a autoria de Francisco de Castro, valendo mais a batalha de idéias do que propriamente o seu reconhecimento, valendo mais estar em todas as frentes do embate.

É bom lembrar que, enquanto o primeiro fez o possível para evitar que seu nome aparecesse, o segundo, ao contrário, reacendeu a polêmica quando já terminada, nitidamente pretendendo dar uma resposta cabal e definitiva, ou pelo menos dar um golpe forte em seus opositores. Sua fama posterior de médico e acadêmico ganhou, ainda, os louvores de ser um grande "homem de letras", provavelmente devido aos artigos publicados na imprensa e depois reunidos; mas, afinal, essa fama acabou tendo o seu revés, pois é nítido que foi perseguido ou difamado até a sua precoce morte, em 1901.

Quais os argumentos em jogo?

Já foram acima detalhados, porém é mais do que certo que a polêmica foi motivada por diversas questões práticas e extravasou os pontos de vista ideológicos envolvendo disputa por cargos públicos e clientela. Ainda assim, as idéias debatidas são profundas e revelam dois campos ideologicamente conflitantes. Nota-se um maniqueísmo flagrante de ambas as partes, uns defensores da moral, tradicionalistas, e outros defensores da ciência, racionalistas.

É muito curioso ainda que essa questão envolva particularmente médicos e advogados, as duas profissões que elegiam mais para o legislativo e cargos públicos, num tema que as entremeia. É nesse período que se encara a sociedade como passível de doenças, assim como os organismos biológicos, que se incorporam conclusões como as de Darwin para as análises sociais; na polêmica, não são poucos os momentos em que se evoca a medicina em geral e a higiene em particular como parâmetros para o que se considera saudável e mesmo moral, como na expressão encontrada “higiene do lar”, não somente significando acomodações ‘limpas’, mas relações familiares ‘limpas’. Nesse ambiente, o médico é considerado, e se considera, um profissional superior, sendo um exemplo claro disso um texto detratando Abel Parente, em que se contam cinco vezes a palavra ‘sacerdócio’ caracterizando a profissão do médico. Por seu lado, no campo do direito, fica evidente o liberalismo dos argumentos favoráveis ao método de esterilização, na base do poder de escolha da mulher sobre seu próprio corpo, assim como, no caso da miséria, da culpa exclusiva de pais pobres sobre o futuro de seus filhos, eximindo os poderes públicos e a sociedade de qualquer responsabilidade pela miséria alheia.

Como curiosidade, numa feliz coincidência, uma atividade extra oferecida pelo Centro de Pesquisa da FCRB proporcionou uma boa referência para compreender a polêmica e o próprio período. O curso oferecido pela professora Marta de Senna sobre Machado de Assis requereu a leitura do romance *Esau e Jacó*. Em uma espécie de reflexão sobre a sociedade brasileira na virada do Império à República, os dois irmãos gêmeos encarnam conservadores, monarquistas, e liberais radicais, republicanos, (um médico e um advogado) em eterna disputa. Lendo os jornais, os argumentos apaixonados em suas acusações, tive a nítida sensação de ler Pedro acusando a imoralidade e Paulo defendendo os progressos da ciência.

E qual a importância do livro na polêmica? E a sua relevância para o momento histórico?

Além de bater o moralismo oportunista e reverter o rumo da polêmica, agindo num momento de transição que poderia ter sido profunda no país, o livro consegue sintetizar, em torno de um caso específico, uma série de princípios liberais, racionais e progressistas. Ainda

que haja uma necessidade pessoal de responder a acusações, nota-se um verdadeiro ímpeto pelo embate de idéias. Esse embate, enfim, está inserido nas transições gerais por que passou o Brasil, de uma sociedade essencialmente agrária, com heranças da nobreza européia e de suas tradições, das ligações do Estado com a Igreja Católica, para uma sociedade crescentemente capitalista e urbana, caminhando para a modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BANDEIRA, Carlos Viana. *Lado a lado de Rui*. Rio de Janeiro: MEC / CRB, 1960.

CASTRO, Francisco de. *O invento Abel Parente no ponto de vista do direito criminal, da moral pública e da medicina clínica*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Livreiros Editores, 1893.

_____. *Polêmica Pessoal: documentos para o estudo de suas origens, seguimento e desfecho*. Rio de Janeiro: Cia. Typ. do Brazil, 1894.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2001.

SODRÉ, N. Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VIANNA FILHO, L. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1977.

ANAIS [da] Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 1893.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, jan.-ago. 1893.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, jan.-set. 1893.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, jan.-ago. 1893.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, jan.-set. 1893.

O PAÍS. Rio de Janeiro, jan.-set. 1893.

Arquitetura de comprometimento e desadorno: a gênese de *O cão sem plumas* na correspondência pessoal de João Cabral de Melo Neto

Tiago Cavalcante (UFRJ/FCRB/CNPq-PIBIC)

Co-autoria: Eliane Vasconcellos - Orientadora (FCRB)

*Em agradecimento ao
professor Eduardo Coelho – sem
suas mãos meu barco não teria
aportado no cais da Fundação Casa
de Rui Barbosa...*

“Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão”⁴⁹

INTRODUÇÃO

Pertencente à terceira geração do modernismo, como postulam alguns críticos literários, João Cabral de Melo Neto deixou à literatura brasileira poemas assinalados por um veemente rigor formal e por um forçoso comprometimento sociopolítico.

Segundo o próprio artista, sua obra pode ser dividida em três diferentes fases. A primeira, iniciada em 1942, com a publicação de *A pedra do sono*, marca-se pela temática onírica, muito cara ao surrealismo. A segunda, que vai de 1945 a 1950, apresenta, como emblemas, *O engenheiro* e *Psicologia da composição* – obras cortadas pelo que o poeta chama de “racionalismo vazio”, muito ao gosto de uma oca burguesia intelectual. Em 1950, com o lançamento de *O cão sem plumas*, o autor postula uma mudança de rota em sua

⁴⁹ *Sonho impossível*, versão de Chico Buarque e Ruy Guerra para *The impossible dream* (J. Darion e M. Leigh).

poética. Diz ele que, cansado do materialismo sem sentido dos dois livros anteriores, pretendia criar uma “arte forçosamente interessada”⁵⁰ pelos problemas sociais do país, o que conseguiu, de modo ímpar, com as obras seguintes.

Nessa perspectiva, a organização do acervo de João Cabral, doado no primeiro semestre de 2005 ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, faz-se de extrema importância aos estudos literários do país. Com efeito, nele se encontram cartas, bilhetes, telegramas, manuscritos e diversos documentos que indubitavelmente servem de base para a compreensão da gênese do processo criativo cabralino.

OBJETIVOS

O grande objetivo deste projeto é organizar o arquivo do “poeta-engenheiro”, a fim de publicar um inventário com a discriminação de todos os seus documentos, à semelhança do que já foi feito com os acervos de Clarice Lispector e Carlos Drummond de Andrade, por exemplo. Nesse sentido, visa-se à ordenação: (a) da *produção intelectual e de terceiros* (manuscritos, edições revistas pelo autor, esboços e notas de composição, artigos, prefácios, posfácios, entrevistas, conferências, discursos); (b) da *correspondência pessoal e de terceiros*; (c) dos *documentos pessoais diversos*; (d) dos *documentos complementares*; e (e) da *produção na imprensa*.

Os objetivos específicos desta fase (agosto/2005 a julho/2006) se centraram na organização da série *correspondência pessoal* (Cp) de A a D e na análise da obra *O cão sem plumas*, à luz da crítica genética. O estudo desse livro mostra-se relevante na medida em que, com base na correspondência cabralina, pode-se empreender uma rica leitura do poema, corroborando, assim, a importância da preservação do arquivo de João Cabral de Melo Neto para um entendimento mais profundo de sua poética.

METODOLOGIA

No que toca ao primeiro objetivo específico – a ordenação da *correspondência pessoal* de A a D –, foi realizado, primeiramente, um levantamento (bio)bibliográfico, com o fito de entender tanto a vida quanto a obra do poeta de modo mais claro. Leram-se diversos artigos,

⁵⁰ Correspondência pessoal do arquivo de João Cabral de Melo Neto. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (FCRB).

revistas e livros de João Cabral e sobre ele. Esta prática facilitou por demais a compreensão das cartas encontradas no arquivo. Num segundo instante, empreendeu-se um trabalho mais pragmático, em que os documentos da série Cp foram separados dos demais, higienizados (retirada de fitas adesivas, grampos, cliques) e ordenados cronologicamente em dossiês – pastas nas quais se guardam as correspondências relativas a um determinado remetente. Feito isto, realizaram-se a leitura dos documentos, os respectivos resumos e a transposição de dados para planilhas elaboradas pelo próprio AMLB. Por fim, efetuaram-se a digitação dos dados e a codificação dos documentos no sistema de informática do Arquivo-Museu.

Acerca do segundo objetivo específico – a análise de *O cão sem plumas* –, realizou-se, primeiramente, a leitura de cartas enviadas por Cabral ao amigo Lauro Escorel⁵¹, nas quais o poeta expõe o processo criativo da obra; depois, efetuou-se um estudo sobre o livro com base nas informações encontradas nas correspondências. Nesse sentido, foi de sumo relevo a contribuição da crítica genética, corrente de pesquisa francesa introduzida no Brasil em 1985 por Philippe Willemart – organizador do I Colóquio de Crítica Textual: o manuscrito moderno e as edições, realizado na USP. Consoante Salles (1992: 18), “O interesse da crítica genética está voltado para o processo criativo artístico. Trata-se de uma investigação que indaga a obra de arte a partir de sua fabricação, a partir de sua gênese”. Nessa medida, calcou-se nos pressupostos teóricos da referida corrente para se investigar o processo criativo de *O cão sem plumas* – obra que, segundo João Cabral, constitui sua primeira tentativa de inserir um “materialismo social” na literatura e de arquitetar uma poética interessada, imbuída de “racionalismo engajado”.

MATERIAL ORGANIZADO

Do material lido, resumido e codificado, chegou-se ao total de 1854 folhas, divididas em 1094 documentos e organizadas em 259 dossiês.

⁵¹ Ressalte-se que, embora o nome de Lauro Escorel esteja presente nos dossiês de letra E, optou-se pelo uso de suas correspondências com João Cabral pelo fato de, nelas, verificar-se, de modo mais claro e detalhado, o processo criativo de *O cão sem plumas*. Observe-se, ainda, que se conseguiu ultrapassar a leitura da Cp referente às letras A e D, chegando-se à letra E também.

O CÃO SEM PLUMAS E A CRÍTICA GENÉTICA:

No silêncio de folhas já maculadas pelo tempo, ganha corpo o rio Capibaribe, de cujo enlameado ventre nasce um homem sem plumas, a quem, pela primeira vez, é concedida a possibilidade “de gritar/ se a moenda lhe castiga o braço”. Para além do rigor e do racionalismo de suas composições, em *O cão sem plumas* João Cabral de Melo Neto traça a arquitetura de uma arte que, nua de qualquer adorno, compromete-se com as dores de uma gente à margem.

Nesse sentido, a correspondência pessoal do “poeta engenheiro” apresenta ricas informações acerca da gênese do referido livro. Em cartas de 1950, endereçadas ao amigo Lauro Escorel, Cabral revela o processo de criação de uma obra que, segundo ele mesmo, é o emblema de uma arte forçosamente interessada e destituída de racionalismo abstrato. Dividido em quatro partes, este livro, diz o poeta, é a “primeira tentativa de coice” numa elite dominante que se quer alheia à dura nudez de um povo excluído, *desemplumado*.

A primeira *Paisagem* desvela-se, aos olhos do leitor, como a pintura de um espaço onde qualquer esboço de lirismo ufano se torna impossível:

A cidade é passada pelo rio
como uma rua
é passada por um cachorro;
uma fruta
por uma espada

O rio ora lembrava
a língua mansa de um cão,
ora o ventre triste de um cão,
ora o outro rio
de aquoso pano sujo
dos olhos de um cão.

A cidade, imobilizada pela voz passiva e em paralelo com a “rua” e a “fruta”, apresenta, como seu único agente, o Capibaribe. À semelhança da lâmina, o rio – símbolo da brava luta de um povo sofrido – corta Pernambuco – esta “fruta” na qual, talvez, ainda lateje uma acanhada seiva de vida. Sob a mesma perspectiva, a imagem das águas evoca a

dilacerante figura de um cão que, de “ventre triste”, caminha, solitário, pelas ruas de Recife – espaço onde a miséria ergue sua impiedosa arquitetura.

Confessando a Lauro Escorel a tentativa de criar uma poesia nordestina, como fizera José Américo de Almeida na prosa dos anos 30, João Cabral vai mais além e, fiel à crueza de uma realidade miserável, *desempluma* o rio Capibaribe, destituindo-o do lirismo não-crítico que porventura pudesse brotar de olhos mais ingênuos e românticos:

Aquele rio
era como um cão sem plumas.
Nada sabia da chuva azul,
da fonte cor de rosa,
da água do copo de água,
da água de cântaro,
dos peixes de água,
da brisa na água.

Sabia dos caranguejos
de lodo e ferrugem.
Sabia da lama
como de uma mucosa.
Devia saber dos polvos.
Sabia seguramente
da mulher febril que habita as ostras.

O sujeito poético, já pelo tempo afastado do rio, recorda-se de um pretérito imperfeito em que, indubitavelmente, o velho Capibaribe nada sabia das líricas imagens da “chuva azul”, “da fonte cor de rosa”, “da água do copo de água”, “da água de cântaro”, “dos peixes de água”, “da brisa na água”. O jogo entre não-saber e saber cela-se com a dolorosa e merencória constatação de que, naquelas turvas águas, só havia espaço para “caranguejos de lodo e ferrugem”, “lama”, “mucosa”, “polvos” e para uma insólita “mulher febril que habita as ostras”. O Capibaribe, se não é, “era como um cão sem plumas”: algo ou alguém de que se rouba até aquilo que não possui. Imbuído da desguarnecida realidade, o poema recria, em sua própria forma, o *desadorno* de que, paradoxalmente, se constitui o rio. Apagam-se os traços de romântico lirismo; desvela-se o nu esqueleto.

Ainda renitentes na memória do eu lírico, as águas daquele rio empreendem outro jogo: o de não se abrir e abrir-se:

Aquele rio
jamais se abre aos peixes,
ao brilho,
à inquietação de faca
que há nos peixes.
Jamais se abre em peixes.

Abre-se em flores
pobres e negras
como negros.
Abre-se numa flora
suja e mais mendiga
como são os mendigos negros.
Abre-se em mangues
de folhas duras e crespos
como um negro.

O dorido “jamais” encerra em si a impossibilidade mesma de o Capibaribe *abrir-se* à pulsação de vida que há nos peixes e em sua “inquietação de faca”. O desemplumado rio, para além de não poder se abrir *aos* cardumes, não se abre *neles*, o que revela sua dolorosa e inerente invalidez. Num falaz e efêmero vislumbre de esperança, diz o sujeito poético abrir-se, aquele rio, em flores e em flora. A leitura encadeada dos versos, entretanto, vem corroborar a falta de perspectivas do velho Capibaribe: as flores são “pobres e negras”, a flora é “suja e mais mendiga”. Como um negro duro e crespo, aquelas águas constituem símbolo máximo de exclusão e dor. Está desautomatizada qualquer possibilidade de esperança.

No recorrente uso da símile, continua o poema a comparar o rio com os elementos mais degradantes e miseráveis. O Capibaribe, como uma cadela fecunda, pare homens que, confundidos com a “terra negra”, apresentam-se anulados sob a forma de uma metonímia na qual se põem em destaque apenas seus pés e mãos – em outras palavras, seus instrumentos de trabalho e, logo, de sobrevivência:

Liso como o ventre
de uma cadela fecunda,
o rio cresce
sem nunca explodir.
Tem, o rio,
um parto fluente e invertebrado
como o de uma cadela.

E jamais o vi ferver
(como ferve
o pão que fermenta).
Em silêncio,
o rio carrega sua fecundidade pobre,
grávido de terra negra.

Em silêncio se dá:
em capas de terra negra,
em botinas ou luvas de terra negra
para o pé ou a mão
que mergulha.

Num silêncio invalidante, nascem os pés e as mãos que mergulham na lama e retiram dela os “caranguejos de lodo e ferrugem”. Prenhe de falaciosa gravidez – porque não imbuída de vida e futuro –, o rio mostra-se dessemelhante ao pão, que ferve e dá vitalidade aos que dele se alimentam. O eu poético novamente desnuda o rio, cravejando, em seus versos, a denúncia de uma realidade em que o único curso permitido é o da degradação.

Fiel à proposta de engajamento de que Cabral fala em suas cartas a Escorel, o poema mostra o rio como o espaço em que, pelos dejetos, se unem os mais diferentes setores, desde as populações “de roupa suja e abafada” até as “grandes famílias espirituais”:

Ele tinha algo, então,
da estagnação de um louco.
Algo da estagnação
do hospital, da penitenciária, dos asilos,
da vida suja e abafada
(de roupa suja e abafada)

por onde se veio arrastando.

Algo da estagnação
dos palácios cariados,
comidos de mofo e erva-de-passarinho
Algo da estagnação
das árvores obesas
pingando os mil açúcares
das salas de jantar pernambucanas,
por onde se veio arrastando.

(É nelas,
mas de costas para o rio,
que “as grandes famílias espirituais” da cidade
chocam os ovos gordos
de sua prosa.
Na paz redonda das cozinhas,
Ei-las a revolver viciosamente
seus caldeirões
de preguiça viscosa).

Loucos, presos, velhos, pobres e ricos... O Capibaribe serve de depósito aos pedaços de cada um deles. O rio, a despeito de um simples elemento geográfico, constitui uma espécie de espelho no qual a sociedade pernambucana pode enxergar a si mesma. Naquelas águas se espraia, ainda, um áspero grito de denúncia social, o que se ratifica pela mordaz crítica do eu lírico às “grandes famílias espirituais”, que, à revelia da miséria que assola a maior parte da população, continuam a chocar “os ovos gordos de sua prosa”.

Em uma das cartas referentes a *O cão sem plumas*, João Cabral assume dar vida a uma poética avessa ao que ele nomeia de “poesia idealista, reacionária, metafísica, smithiana”. Neste mérito, o objetivo da literatura cabralina seria descortinar a realidade brasileira e fazer com que a atenção do leitor se voltasse para os problemas sociais do país, desemplumando-se, assim, do ufano lirismo e do “racionalismo vazio”. Depois do surto dos romances regionalistas, informa Cabral, a literatura brasileira voltou-se para uma poesia não-crítica, cujo fim imediato era distrair o homem dos assuntos trazidos pela revolução de 1930. Imbuído deste pensamento, o eu lírico de *O cão sem plumas* volve-se ao leitor e indaga:

Aquele rio
saltou alegre em alguma parte?
Foi canção ou fonte
em alguma parte?
Por que então seus olhos
vinham pintados de azul
nos mapas?

Não é mais o tempo, Cabral escreve em uma das cartas, de se arquitetar uma literatura desinteressada, que abrigue a alegria, a canção e o azul dos olhos. As plumas, estas se quedam esvoaçantes num plano imagético a que o racionalismo engajado não enseja, de modo algum, chegar. O tempo presente é a matéria da poesia cabralina, assim como fora a de Carlos Drummond de Andrade alguns anos antes.

Por entre as veredas de Recife, surge a segunda *Paisagem do Capibaribe*. O rio, ainda em similitude com a espada e o cão, flui, espessamente, pelos versos do poema:

Entre a paisagem
o rio fluía
como uma espada de líquido espesso.
Como um cão
humilde e espesso.

Os homens a cujo parto se fizera rápida alusão na *Paisagem* inicial surgem plantados na lama:

Entre a paisagem
(fluía)
de homens plantados na lama;
de casas de lama
plantadas em ilhas
coaguladas na lama;
paisagem de anfíbios
de lama e lama.

Começam a ser delineados os primeiros traços que aproximarão o homem pernambucano do rio – este “cão sem plumas”. Assim como as plantas, que, imóveis,

permanecem presas ao mangue, os trabalhadores encontram-se estagnados, como se, perdendo as características que os tornam seres humanos, passassem a fazer parte do cenário, tal como as casas de palafita, sem que ninguém – salvo o eu lírico – os perceba. A conclusão da cena é desalentadora: homens, casas, rio – tudo “anfíbios/de lama e lama”.

Anulados na paisagem, os homens entram em confluência com o rio, o que leva o eu poético, inserido, agora, no tempo mesmo a que se refere, a chegar à terrível comprovação de que, de fato, “aqueles homens” não eram, mas “*são* como cães sem plumas”:

Como o rio
aqueles homens
são como cães sem plumas
(um cão sem plumas
é mais
que um cão saqueado;
é mais
que um cão assassinado.

Um cão sem plumas
é quando uma árvore sem voz.
É quando de um pássaro
suas raízes no ar.
É quando a alguma coisa
roem tão fundo
até o que não tem).

Numa carta de 10 de julho de 1950, João Cabral, dono de extrema lucidez, explica o conceito de “cão sem plumas” a Lauro Escorel. De acordo com o poeta, a gente que vive naqueles mangues do Recife sofre de uma exploração diferente daquela de que padece um operário, por exemplo. Este, diz Cabral, ainda tem uma força de trabalho que pode ser explorada, um salário que pode ser roubado, uma casa que pode ser saqueada. Os habitantes do Capibaribe – espécie de metonímia para as populações atrasadas do mundo – não possuem nem um atributo inerentemente seu que possa ser explorado, roubado, saqueado – são quando “uma árvore sem voz”, “[...] um pássaro/suas raízes no ar”. Destes pernambucanos, continuam as linhas da epístola, se rouba até aquilo que, pela própria natureza, não têm. Daí porque um “cão sem plumas” ser *mais que* um cão saqueado, assassinado. Um “cão sem

plumas” é o próprio nordestino eternamente roído por um caruncho que, faminto, alimenta-se de amargo *nada*.

No curso do poema, os homens deixam de ser *como* cães sem plumas e assumem o próprio papel de homens *sem plumas*. Regressa, aos versos, o jogo de um *saber* crispado de doloroso azedume :

O rio sabia
daqueles homens sem plumas.
Sabia
de suas barbas expostas,
de seu doloroso cabelo
de camarão e estopa.

Ele sabia também
dos grandes galpões da beira dos cais
(onde tudo é
uma imensa porta
sem portas)
escancarados
aos horizontes que cheiram a gasolina.

E sabia
da magra cidade de rolha,
onde homens ossudos,
onde pontes, sobrados ossudos
(vão todos
vestidos de brim)
secam até sua mais funda caliça.

Se, na *Paisagem inicial do Capibaribe*, o rio sabia de “caranguejos de lodo e ferrugem”, “lama”, “mucosa”, “polvos” e “da mulher febril que habita as ostras”, na segunda, os trabalhadores pernambucanos coadunam-se com esses elementos, chegando ao mais baixo nível da miséria humana. Saber, também, “dos grandes galpões da beira do cais”, ao contrário do que sugere a leitura primeira do verso, é saber de um horizonte sem perspectiva, cujo ácido cheiro de gasolina corrói qualquer possibilidade de esperança: tudo, afinal, é “uma imensa porta/sem portas”. Não há saídas; morre-se de sede em frente ao mar. O conhecimento do

mundo centra-se, tão-somente, no que há de mais penurioso: a cidade magra; os homens, tais como as pontes e os sobrados, ossudos, tornados *coisa*.

“Ainda mais além” do que os homens de rijo osso, o Capibaribe conhece os “homens sem pluma”, estes que crescem como árvores secas e se confundem com a degradante paisagem:

Mas ele conhecia melhor
os homens sem pluma.
Estes
secam
ainda mais além
de sua caliça extrema;
ainda mais além
de sua palha;
mais além da palha de seu chapéu;
mais além
até
da camisa que não têm;
muito mais além do nome
mesmo escrito na folha
do papel mais seco.

Em dorida gradação, os trabalhadores pernambucanos secam *mais além* da “caliça”, *mais além* da palha – sua e do chapéu –, *mais além* até daquilo que não têm. Inscreve-se, aqui, a impossibilidade física de aquelas populações *irem além* dos próprios objetos e de seu próprio corpo. Nas águas do rio, os homens perdem-se de si mesmos:

Porque é na água do rio
que eles se perdem
(lentamente
e sem dente).
Ali se perdem
(como uma agulha não se perde).
Ali se perdem
(como um relógio não se quebra).

Ali se perdem
como um espelho não se quebra.
Ali se perdem
como se perde a água derramada:
sem o dente seco
com que de repente
num homem se rompe
o fio de homem.

Na água do rio,
lentamente,
se vão perdendo
em lama; numa lama
que pouco a pouco
também não pode falar;
que pouco a pouco
ganha os gestos defuntos
da lama;
o sangue de goma,
o olho paralítico
da lama.

O rio é, agora, o lugar da perdição, o espaço onde o homem se esvai. De franzino corpo e frágil alma, a população ribeirinha perde-se mais até do que aqueles objetos que, por sua inerente propriedade física, anulam-se ou se quebram, como a agulha, o relógio e o espelho. Essa gente extravia-se de si como a água que, uma vez derramada, não mais retorna ao copo. A essa gente, como a um barco em mar tempestuoso, é interdito o atracar em seu próprio cais. Essa gente se perde em uma lama que, aos poucos, sufoca a si mesma e àqueles que nela buscam o alimento de sobrevivência. O “sangue de goma” e o “olho paralítico” são também do homem, porque, inevitavelmente, já perdida está a natureza humana e este homem, dói dizer, já é lama:

Na paisagem do rio
difícil é saber
onde começa o rio;
onde a lama

começa do rio;
onde a terra
começa da lama;
onde o homem,
onde a pele
começa da lama;
onde começa o homem
naquele homem.

Diante de uma paisagem corroída, em que a própria espécie humana é aniquilada, o sujeito poético, perturbado, não consegue discernir o homem que, por debaixo da lama, ainda se pode encontrar:

Difícil é saber
se aquele homem
já não está
mais aquém do homem;
mais aquém do homem
ao menos capaz de roer
os ossos do ofício;
capaz de sangrar
na praça;
capaz de gritar
se a moenda lhe castiga o braço;
capaz
de ter a vida mastigada
e não apenas
dissolvida
(naquela água macia
que amolece seus ossos
como amoleceu as pedras).

As palavras do eu lírico constituem uma tentativa de saber se, mesmo sob a terra negra do rio, a população do Capibaribe ainda é capaz de lutar por si mesma, capaz de sair às ruas e gritar em prol de seus desejos e direitos, capaz de endurecer seu corpo e, resistente, batalhar até o fim. O sujeito poético, avesso à resignação, incita o severino pernambucano a emergir

do lodo e a não se deixar dissolver pela “água macia” que, impiedosa, arrasta e sedimenta as pedras. Assim, traçada a arquitetura das duas paisagens, João Cabral cumpre sua promessa de engajamento e desadorno.

O poema segue seu curso fluente, e, da conversa entre a escuridão do rio e o azul do mar, eis que emerge a *Fábula do Capibaribe*. Para além da descrição de um simples fenômeno geológico em que aquelas *duas águas* se tocam – como apontam as cartas de Cabral –, a terceira parte de *O cão sem plumas* – ousa-se afirmar – encerra, em seu esqueleto, uma esperança incessante. No fim do rio, como que edificando o limiar para novos horizontes, abre-se o inopinado oceano:

No extremo do rio
o mar se estendia,
como camisa ou lençol,
sobre seus esqueletos
de areia lavada.

Pela porosidade das águas, a imaginação do sujeito lírico ganha fabulístico impulso. Se o Capibaribe era como um cão sem plumas, aquele “mar podia ser uma bandeira”. Coisificam-se as salgadas águas:

(Como o rio era um cachorro,
o mar podia ser uma bandeira
azul e branca
desdobrada
no extremo do curso
– ou do mastro – do rio.

A correnteza das ondas leva o eu lírico mais além do além. Não bastasse o mar coisificado bandeira, surge a bandeira antropomorfizada dentes, estômago, carne:

Uma bandeira
que tivesse dentes:
que o mar está sempre
com seus dentes e seu sabão
roendo as praias.

Uma bandeira
que tivesse dentes:
como um poeta puro
polindo esqueletos,
como um roedor puro,
um polícia puro
elaborando esqueletos,
o mar,
com afã,
está sempre outra vez lavando
seu puro esqueleto de areia.

O mar e seu incenso,
o mar e seus ácidos,
o mar e a boca de seus ácidos,
o mar e seu estômago
que come e se come,
o mar e sua carne
vidrada, de estátua,
seu silêncio alcançado
à custa de sempre dizer
a mesma coisa,
o mar e seu tão puro
professor de geometria).

Essa personificação da bandeira e, logo, do mar sugere a própria valsa das águas, as quais, constituindo-se ondas, vão-se quebrar à praia, arrastando velhos sedimentos, trazendo novos, renovando, enfim, o esqueleto de areia em que se sustentam. Para além de conduzirem esses simples *arrastar* e *trazer*, as águas do oceano dão forma pura às rochas e aos grãos. O mar, com seus ácidos, seu estômago, come, silenciosamente, o que há de excesso, obedecendo a lição do “[...] seu tão puro/professor de geometria”. Considerando-se a poética cabralina, não é errôneo dizer que aquele mar é a metáfora mesma do veemente desejo de João Cabral pela arquitetura de uma poesia lavada, desprovida de mais adornos. Nesse sentido, *O cão sem plumas*, como já se mostrou anteriormente, prima pelo essencial, pelo feijão repousado no fundo da bacia de água.

Ainda nessa medida, é importante ressaltar a preocupação de Cabral com uma “poesia pura politicamente”. Nas cartas ao amigo Lauro Escorel, o poeta diz ter-se equivocado acerca da concepção “racional-materialista” de sua obra. Consciente de que a arte literária não pode fugir aos apelos da realidade sociopolítica, o diplomata advoga um “racionalismo puramente engajado”, cujo objetivo não seja, de modo algum, criar “pequenos objetos de palavras muito bem equilibrados” e simpáticos à vida de uma oca burguesia intelectual. O erro de sua aritmética, diz o “poeta arquiteto”, foi isentar *Psicologia da composição* e *O engenheiro*, por exemplo, de qualquer marca de “materialismo comprometido”.

Fechados os parênteses que resguardam os traços do mar, escorre pelos versos o temor do Capibaribe face às águas marinhas:

O rio teme aquele mar
como um cachorro
teme uma porta entretanto aberta,
como um mendigo,
a igreja aparentemente aberta.

A símile é denunciadora: não obstante o oceano constituir uma possibilidade de o rio purificar-se, este teme “aquele mar” do mesmo modo paradoxal com que um cachorro teme a liberdade do mundo e um mendigo, a aparente salvação representada pela igreja. A miséria une “rio”, “mendigo” e “cachorro”. A liberdade e o ir-além irmanam “mar”, “igreja” e “porta aberta”. No impasse entre esses elementos, reside o medo do velho Capibaribe frente ao inominável, ao novo, ao que-não-é-de-si.

Avançado o fenômeno de geológica esperança, trava-se um embate entre rio e mar:

Primeiro,
o mar devolve o rio.
Fecha o mar ao rio
seus brancos lençóis.
O mar se fecha
a tudo o que no rio
são flores de terra,
imagem de cão ou mendigo.

Depois,
o mar invade o rio.
Quer
o mar
destruir no rio
suas flores de terra inchada,
tudo o que nessa terra
pode crescer e explodir,
como uma ilha,
uma fruta.

Insolitamente, as águas povoadas de famintos ácidos interditam o espriar-se do Capibaribe. Aquela “bandeira azul e branca” parece não se querer macular pelo negrume das “flores de terra”, do “cão” e do “mendigo”. Robusto, o mar esvai-se sobre o rio, tentando destruir o lodo, a lama – enfim, tudo o que torna miseráveis aquelas águas. A possível esperança simbolizada pelo mar – vê-se agora – reside mais além do que na própria liberdade que nele se encerra. A marinha esperança encontra-se na força das vagas para dissolver a degradação ribeirinha.

O velho Capibaribe, no entanto, parece extrair vida de onde, aparentemente, não havia sequer uma centelha de existência. Antes “de ir ao mar”, o rio incorpora-se a seus pares. Desvela-se uma pulsante sede de viver na “gengiva negra” sobre a qual as turvas águas repousam:

Mas antes de ir ao mar
o rio se detém
em mangues de água parada.
Junta-se o rio
a outros rios
numa laguna, em pântanos
onde, fria, a vida ferve.

Junta-se o rio
a outros rios.
Juntos,
todos os rios
preparam sua luta de água parada,

sua luta de fruta parada.

Unidos, os rios tomam força. Sob o simulacro de lodo e ferrugem, a vida, mesmo fria – já que sofrida –, ainda ferve – visto que grávida de esperança. Aquelas águas, embora paradas, gestam, em seu ventre, como uma fruta, a seiva da mais tenra vida. Recusando entregar-se aos braços do oceano, o Capibaribe tira forças de si mesmo, da “flor de terra inchada” que, debaixo da lama, se esconde *anônima*. Ensinaram àqueles homens do mangue que deles se pode roubar até o que a natureza não lhes deu. Aqueles homens aprenderam que, de dentro de si próprios, gota a gota, podem extrair o açúcar que os livrará do incessante amargo:

(Como o rio era um cachorro,
como o mar era uma bandeira,
aqueles mangues são uma enorme fruta:

A mesma máquina
paciente e útil
de uma fruta;
a mesma força
invencível e anônima
de uma fruta
– trabalhando ainda seu açúcar
depois de cortada –.

Como gota a gota
até o açúcar,
gota a gota
até as coroas de terra;
como gota a gota
até uma nova planta,
gota a gota
até as ilhas súbitas
aflorando alegres).

Gota a gota, os homens descobrem que ainda é possível viver... No derradeiro verso da *Fábula*, eis que brota da lama a alegria. Nu, o Capibaribe sabe que, a despeito de sua

miserável figura, a vida renasceu... Não foram necessários os “peixes de água”, a “fonte cor de rosa”, a “água de cântaro”. Dos “caranguejos de lodo e ferrugem” nasce “uma nova planta” e eis que “até as ilhas súbitas” afluam alegres.

O rio finalmente deságua em discurso, delineando a arquitetura da quarta parte do desemplumado poema. Segundo informa a correspondência de João Cabral a Escorel, estes últimos versos constituem uma espécie de autopenitenciamento por, durante a primeira fase de sua obra, o “poeta engenheiro” não ter percebido que dentro de si havia um cão vivo, como que emparedado numa sala fechada, sob resistente lençol, a suplicar invertido parto. Aquele *cão sem plumas*, latejante na memória do eu lírico, implora sair debaixo da pele, de dentro do bolso. Aquele cão sem plumas – metáfora de uma miserável realidade – implora vir ao mundo:

Aquele rio
está na memória
como um cão vivo
dentro de uma sala.
Como um cão vivo
dentro de um bolso.
Como um cão vivo
debaixo dos lençóis,
debaixo da camisa,
da pele.

Os versos cabralinos edificam, assim, o único espaço possível para se dar voz à degradação daquelas águas, daquele cachorro, daquele homem. Pleno de “racionalismo engajado”, *O cão sem plumas* inaugura uma nova fase na obra de Cabral. Já longe do “materialismo vazio”, como anteriormente se ressaltou, sua poesia toma consciência de que

Um cão, porque vive,
é agudo
O que vive
não entorpece.
O que vive fere.
O homem,
porque vive,

choca com o que vive.

Viver

é ir entre o que vive.

Não há mais lugar para a abstração estéril do “silêncio”, do “sono”, do “corpo/que sonhou cortar-se/ roupas de nuvens”. Viver implica um constante embate com a realidade de que se serve o poema. Sendo essa realidade marcada pelo sofrimento, pela miséria, há de se deixar o pudor de lado e dar morada ao que choca:

O que vive choca,
tem dentes, arestas, é espesso.

O que vive é espesso
Como um cão, um homem,
como aquele rio.

A idéia de “espessura” torna-se ambígua nos versos seguintes. Para além de um real “espesso” em misérias, há um real em cujo interior a vida, grossa de seiva, ainda pulsa, como já revelara a *Fábula do Capibaribe*. A densidade não é só da terra negra do rio, mas também da maçã vermelha que, sob a lama, esconde pedaços de acreditar:

Como todo real
é espesso.
Aquele rio
é espesso e real.
Como uma maçã
é espessa.
Como um cachorro
é mais espesso do que uma maçã.
Como é mais espesso
o sangue do cachorro.
Como é mais espesso
um homem
do que o sangue de um cachorro.
Como é muito mais espesso
o sangue de um homem
do que o sonho de um homem.

Espesso
Como uma maçã é espessa.
Como uma maçã
é muito mais espessa
se a fome a come.
Como é ainda muito mais espessa
se não a pode comer
a fome que a vê.

O comparativo de superioridade prende aos versos uma idéia de gradação na qual se dá maior destaque ao copado sangue do cachorro e do homem. A maçã – mãe de vida – é espessa sim, mas, embora ainda possam aflorar ilhas alegres na superfície do rio, é ao sofrimento nele residente que se deve conferir maior relevo. É às dores desse renitente sofrer que se deve conferir maior relevo porque é a intensidade da fome humana que tornará a fruta – e, portanto, a esperança – mais ou menos espessa. A população ribeirinha – “batalhões de secretas/ e íntimas formigas” – dá formas a um paisagem marcada pela crua avidez de comida. O Capibaribe, “aquele rio espesso”, é o lugar mesmo onde a fome ergue seus terríveis dentes. Por isso, a esperança ainda resiste.

A crença na possibilidade do sonho, conquanto de modo paradoxalmente lúcido, dá vigor aos versos finais de *O cão sem plumas*, engendrando, por um processo de “desdobrar-se”, o florescer de mais e mais esperança. Frutifica-se o desejo de, à revelia da densa miséria, começar de novo:

Porque é muito mais espessa
a vida que se desdobra
em mais vida
como uma fruta
é mais espessa
que sua flor;
como a árvore é mais espessa
que sua semente;
como a flor
é mais espessa
que sua árvore,
etc. etc.

Consciente de que viver não é rarefeita luta, o eu lírico resguarda, em si próprio, a certeza de que, a “cada dia”, é preciso se transpor as barreiras espessas do impossível e se conquistar, pouco a pouco, o imenso azul do céu, como uma ave que, ruflando suas asas, alcança a liberdade infinita:

Espesso,
porque é mais espessa
a vida que se luta
cada dia,
o dia que se adquire
cada dia
(como uma ave
que vai cada segundo
conquistando seu vôo).

Pelo viés de um engajamento sociopolítico, de um cru desadorno e de um lirismo comedido, João Cabral de Melo Neto mostra-se leal à rota traçada nas cartas ao amigo Lauro Escorel. Nesta perspectiva, faz-se desmesuradamente relevante a preservação do acervo do “poeta engenheiro”. À luz de seus manuscritos, é possível empreender uma leitura que se quer imersa na gênese do processo criativo, o que, ao contrário de limitar a interação entre pesquisador e obra, amplia, por demais, os horizontes de análise do texto literário.

Renitentes, rio, cão e homem continuam vivos na mudez de folhas já amarelecidas pelo tempo... D’*O cão sem plumas*, fica a confissão de que, não obstante fecundadas de “terra negra”, as águas do Capibaribe resguardam o veemente desejo de, *gota a gota*, “Romper a incabível prisão/ Voar num limite improvável/ Tocar o inacessível chão”.

BIBLIOGRAFIA:

- BARROS, André Luís. Imagem de Cabral. J. B., 26/04/1996.
- _____. A poesia crítica de J. C. Rec. Br. (13): 38-42, 02/2000.
- _____. Palavras. Bravo! S. P., 3 (26): 97-9, 1999.
- BARROSO, Ivo. A poesia é um trabalho, um ofício. *O Globo*, 09/01/1999.
- Cadernos de literatura brasileira: João Cabral de Melo Neto. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, nº 1, mar. 1996.
- CAMPOS, Haroldo de. O geômetra engajado/J. C. e a geração de 45. In: *Metalinguagem*. 1967.
- CARONE, Modesto. *A poética do silêncio*. 1979.
- CASTELO, José. Verso seco esconde coração dolorido. Rec. Br. (8): 8 mar. 1998.
- CÉSAR, Eliezer. Idéias de João Cabral. *A Tarde*. Salvador, 03/07/1999.
- CLÁUDIO, Ivan. Mãos lavadas. Istoé. S. P., 20/10/1999.
- DIAS, Maurício Santana. Poesia pós-Cabralina. *Folha de S. Paulo*, 17/10/1999.
- DIMURO, Carlos. Poesia viva, entrevista. R. J., 4 (14): 1-3, 08/1998.
- FREIXEIRO, Fábio. J. C. M. N.: do estético ao formal. In: *Da razão à emoção*. 1968.
- MELO NETO, João Cabral de. *O cão sem plumas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SECCHIN, Antonio Carlos. J. C.: a poesia do menos. 1985.
- SOUSA, Milton Gonçalves de. Poesia crítica de J. C. M. N. 1999.